

ÍNDICE

ÍNDICE.....	1
1. INTRODUÇÃO.....	3
2. ENQUADRAMENTO GERAL DA REVISÃO DO PDM.....	4
3. ENQUADRAMENTO DO CONCELHO NA REGIÃO.....	5
3.1. Sub-Região Alentejo Central.....	7
3.2. Zona de Alqueva.....	10
4. NÍVEIS DE EXECUÇÃO DO PLANO.....	12
4.1. ocupação do solo, Compromissos urbanísticos e reservas disponíveis de solo urbano.....	12
4.1.1. Ocupação do Solo.....	12
4.1.2. Compromissos Urbanísticos e Reservas Disponíveis de Solo Urbano.....	18
4.2. sistemas de infraestruturas.....	26
4.2.1. Sistemas de Infra-estruturas.....	26
4.2.2. Equipamentos Colectivos.....	26
4.2.3. Acessibilidades.....	32
4.3. condicionantes e outros critérios de avaliação relevantes.....	35
4.3.1. Aplicação do regime da Reserva Ecológica Nacional (REN) - Actualização.....	35
4.3.2. Aplicação das Disposições do Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva e Pedrogão (POAAP).....	36
4.3.3. O Regime de Exploração Hidroeléctrica da Barragem de Alqueva.....	36
5. EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DE CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO.....	37
5.1. Inserção Territorial e Administrativa.....	37
5.2. Demografia e Recursos Humanos.....	37
5.2.1. Tendências Recentes da Demografia Portuguesa.....	37
5.2.2. A Região Alentejo.....	38
5.2.3. O concelho de Alandroal.....	39
5.3. Parque Habitacional e Pressão Construtiva.....	43
5.4. Emprego e Actividades Económicas.....	44
5.5. outras actividades relevantes para o município - Turismo.....	46
6. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL DO CONCELHO.....	50
6.1. eficácia dos sistemas de abastecimento de água.....	52
6.2. eficácia dos sistemas de saneamento – DRENAGEM E TRATAMENTO DAS ÁGUAS RESIDUAIS.....	54
6.3. eficácia dos sistemas de recolha e tratamento de resíduos.....	57

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

6.4. outros indicadores ambientais.....	58
6.4.1. Poluição nos Espaços Urbanos.....	58
6.4.2. Poluição no Espaços Agrícolas.....	58
6.4.3. Poluição Industrial.....	59
7. NOVOS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO.....	61
7.1. Potencialidades Geradas pelo Empreendimento de Alqueva.....	63
7.2. O novo Quadro Jurídico e os Objectivos da Revisão do PDM	64
8. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE A ADOPTAR.....	66

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o relatório de Fundamentação da Revisão do Plano Director Municipal de Alandroal, nos termos do disposto na Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro.

Apresenta-se, assim:

Um relatório sucinto que aborda, entre outros aspectos de enquadramento, as temáticas previstas no artigo 9º da Portaria acima mencionada. Designadamente:

- ✓ níveis de execução do plano
- ✓ evolução dos principais indicadores de caracterização do concelho
- ✓ avaliação da qualidade ambiental do concelho
- ✓ novos objectivos de desenvolvimento
- ✓ critérios de sustentabilidade a adoptar

- Cartografia à escala 1/5 000 – Avaliação da Execução do Plano / Perímetros Urbanos – elaborada sobre uma base cartográfica digital – à escala 1/10 000 – entretanto obtida, pela Câmara Municipal, na Associação de Municípios do Distrito de Évora.

O presente documento reflecte a fundamentação da revisão do PDM em vigor e foi realizado pelos serviços técnicos do Município.

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

2. ENQUADRAMENTO GERAL DA REVISÃO DO PDM

O Plano Director Municipal de Alandroal – elaborado no início da década de noventa (sendo a Proposta de Plano datada de 1995) e ratificado pelo Governo, conforme Resolução do Conselho de Ministros n.º 150/97, publicada na 1ª Série do Diário da República de 15 de Setembro de 1997 – é um exemplo bastante ilustrativo do processo, e do contexto, que caracterizou a elaboração dos, agora designados, “PDM’s de 1ª Geração”.

- ✓ inexperiência generalizada;
- ✓ obrigatoriedade / rapidez de execução;
- ✓ deficiente reflexão sobre as realidades intervencionadas;
- ✓ produção de documentos formais, sem visão estratégica, quase exclusivamente direccionados para o zonamento dos solos e regimes de edificabilidade;
- ✓ deficiente fundamentação destes mesmos zonamentos e edificabilidades – em termos económicos, sócio-culturais e ambientais.

Decorridos dez desde a entrada em vigor do Plano Director Municipal, e doze anos desde a conclusão da sua elaboração, verifica-se a necessidade da sua revisão. A oportunidade desta iniciativa encontra-se plenamente justificada atendendo:

- ✓ ao previsto no n.º 3 do artigo 98º do Decreto - Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto - Lei n.º 310/03, de 10 de Dezembro que estabelece a obrigatoriedade de revisão do PDM, no prazo máximo de 10 anos após a sua entrada em vigor,
- ✓ ao conteúdo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 98º do Decreto - Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto - Lei n.º 310/03, de 10 de Dezembro que estabelece a necessidade de adequação à evolução, a médio e longo prazo, das condições económicas, sociais, culturais e ambientais que determinaram a respectiva elaboração.
- ✓ ao novo quadro legal, entretanto, produzido a partir da publicação da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo – Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto, nomeadamente, a entrada em vigor do Decreto - Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro alterado e republicado pelo Decreto-Lei 316/2007, de 19 de Setembro.
- ✓ à desactualização, e à má qualidade da cartografia que serviu de base à elaboração do PDM.

Acresce, ainda, que no decurso de 2002, foram aprovados dois Planos Regionais de Ordenamento do Território e um Plano Especial de Ordenamento do Território, todos com incidência sobre o território do concelho de Alandroal, havendo, assim, que avaliar os seus impactes e as implicações da sua implementação no quadro do desenvolvimento e ordenamento municipal que se perspectiva no momento actual. Tratam-se, designadamente:

- ✓ do Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona dos Mármorez (PROZOM), aprovado pela Resolução do Concelho de Ministros n.º 93/2002;
- ✓ do Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente da Albufeira de Alqueva (PROZEA), aprovado pela Resolução do Concelho de Ministros n.º 70/2002;
- ✓ do Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão (POAAP), aprovado pela Resolução do Concelho de Ministros n.º 95/2002, entretanto revogada pela Resolução de Concelho de Ministros n.º 94/2006, de 4 de Agosto.

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

3. ENQUADRAMENTO DO CONCELHO NA REGIÃO

A metodologia utilizada, e que em seguida se passa a descrever, pretendeu determinar a posição relativa do concelho do Alandroal no sistema urbano da Sub-região do Alentejo Central e na Zona de Alqueva.

A medição do nível de desenvolvimento socio-económico do concelho do Alandroal e do seu posicionamento no sistema urbano regional permite que se faça um diagnóstico sintético da sua competitividade no contexto territorial.

Para o efeito, foram construídas três matrizes constituídas por diversos indicadores no domínio socio-demográfico, económico e ambiental.

A fonte da informação utilizada foi o Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2001 (INE) e a análise incidiu sobre os concelhos da Sub-região Alentejo Central (NUT III) e sobre os concelhos da Zona de Alqueva.

No total foram considerados 14 indicadores distribuídos pelos domínios socio-demográfico, económico e ambiental. Apesar de ter havido uma preocupação em seleccionar um conjunto de indicadores que reflectissem de forma sintética o nível de desenvolvimento socio-económico destes concelhos subsiste sempre nestas análises alguma subjectividade dificilmente controlável. Em seguida apresentam-se os indicadores utilizados e os respectivos factores de ponderação utilizados:

Domínio Sócio-Demográfico:

- População Residente, 2001 (factor ponderação 3)
- Índice de Envelhecimento, 2000 (factor de ponderação 2)
- Taxa Média de Mortalidade Infantil 1996/00 (factor de ponderação 3)
- Número de Lares/1000 idosos, 2000 (factor de ponderação 2)
- Número de Creches/1000 crianças com menos de 5 anos, 2000 (factor de ponderação 2)
- Número de Bibliotecas/1000 habitantes, 2000 (factor de ponderação 2)
- População com Ensino Superior, 2001 (factor de ponderação 3)

Domínio Económico:

- Concessão de Licenças de Construção, 2000 (factor de ponderação 3)
- Volume de Vendas das Sociedades em todos os Sectores de Actividade, 2001 (factor de ponderação 3)
- Sociedades Constituídas em 2001 (factor de ponderação 3)
- Número de Bancos/10.000 habitantes, 2000 (factor de ponderação 2)

Domínio Ambiental:

- Percentagem de População Servida com Água, 2000 (factor de ponderação 1)
- Percentagem de População Servida com Sistemas de Drenagem de Águas Residuais, 2000 (factor de ponderação 1)
- Percentagem de População Servida por ETAR's, 2000 (factor de ponderação 2)

Posteriormente foram atribuídos números de ordem, entre 1 (menos favorável) e 5 (mais favorável) a cada concelho para cada indicador, representando o seu posicionamento relativo no quadro regional. Os números de ordem alcançados por cada concelho foram posteriormente multiplicados por um factor de ponderação, no

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

sentido de diferenciar os indicadores utilizados em função da sua importância na definição do nível de desenvolvimento socio-económico de cada concelho.

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

3.1. SUB-REGIÃO ALENTEJO CENTRAL

A análise do posicionamento do concelho do Alandroal no Sistema Urbano Regional sustentou-se no desempenho dos 14 concelhos que integram a sub-região do Alentejo Central relativamente a um conjunto de indicadores de ordem sócio-demográfica, económica e ambiental.

Da análise do Quadro 1 constata-se que o Alandroal regista um nível de desenvolvimento pouco satisfatório no domínio sócio-demográfico no contexto da região em que se insere.

No que respeita especificamente às variáveis demográficas o concelho do Alandroal apresenta um quadro relativamente frágil comparativamente aos restantes concelhos em análise. O concelho apresenta um volume populacional dos mais baixos no contexto regional (6.585 habitantes em 2001). Comparados os índices de envelhecimento dos 14 concelhos do Alentejo Central, o Alandroal revela possuir um peso relativo da população idosa muito significativo, sendo um dos concelhos da região com a estrutura demográfica mais envelhecida. No que respeita à taxa de mortalidade infantil, um indicador sintético demonstrativo do nível de cuidados de saúde e das condições de vida existentes de uma forma geral, o concelho do Alandroal apresenta um valor mediano (7,8%).

	População 2001		Índice de Envelhecimento 2000		Tx. Média Mort. Infantil 1996/00		Lares/1000 idosos 2000		Creches/1000 crianças (-5 anos) 2000		Bibliotecas/10000 hab. 2000		Pop. Ensino Superior 2001	
	Hab.	n.º ordem	índice	n.º ordem	%	n.º ordem	n.º	n.º ordem	n.º	n.º ordem	n.º	n.º ordem	%	n.º ordem
Alandroal	6585	2	221,5	1	7,8	2	1,09	3	3,73	2	3,04	2	1,55	1
Arraiolos	7616	2	204,7	2	-	0	1,01	3	9,26	4	2,63	2	2,53	2
Borba	7782	2	166,5	3	3,2	4	0,56	1	3,28	1	2,57	2	2,42	2
Estremoz	15673	4	222,3	1	1,5	5	1,24	3	6,28	3	2,55	2	3,75	4
Évora	56525	5	123,8	5	3,1	4	1,54	4	6,46	3	3,01	2	8,06	5
Montemor-o-Novo	18578	4	236,7	1	4,3	4	1,89	5	6,8	3	2,69	2	3,82	4
Mourão	3230	1	120,8	5	-	0	1,32	3	-	0	6,19	5	1,33	1
Portel	7109	2	161,8	3	12,8	1	0,56	1	3	1	2,81	2	1,94	1
Redondo	7036	2	166,3	3	9	2	0,56	1	3,3	1	2,84	2	2,66	2
Reguengos de Monsaraz	11382	3	196,2	2	3,9	4	1,1	3	3,87	2	2,64	2	3,34	3
Sousel	5780	2	210,4	1	-	0	1,79	5	12,05	5	3,46	3	2,54	2
Vendas Novas	11619	3	154,8	4	6	3	0,43	1	9,65	4	2,58	2	4,39	4
Viana do Alentejo	5615	2	166,3	3	15,3	1	1,43	4	3,77	2	5,34	4	2,62	2
Vila Viçosa	8871	2	127,8	5	12,6	1	0,58	2	2,49	1	4,51	4	3,78	4
Alentejo Central	173401		164,7		4,7		1,23		5,89		3,06		4,74	
Alentejo	535507		172,9		4,8		0,81		3,39		2,69		5,96	

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2001

Quadro 1 – Posicionamento relativo do concelho do Alandroal no sistema urbano regional ao nível sócio-demográfico

Relativamente aos indicadores de índole mais social, o concelho do Alandroal apresenta uma posição mediana na região, como se pode verificar no Quadro 1. A taxa de cobertura em termos de equipamentos culturais e de segurança social (bibliotecas, lares e creches) é bastante modesta, ainda que não seja das mais baixas na Região.

O nível de qualificação académica da população constitui uma das maiores fragilidades do concelho do Alandroal. O peso relativo da população com formação de nível superior é muito baixo (1,55%), sendo um dos concelhos com uma menor representatividade dos quadros mais qualificados na respectiva estrutura sócio-demográfica no contexto regional (peso dos indivíduos com o ensino superior completo na Sub-região do Alentejo Central é de 4,74%).

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

	Concessão Licenças Construção 2000		Volume Vendas 2000		Sociedades Constituídas 2001		Bancos / 10000 hab. 2000	
	n.º	n.º ordem	mil euros	n.º ordem	n.º	n.º ordem	n.º	n.º ordem
Alandroal	39	2	18379	1	23	1	3,04	2
Arraiolos	50	2	31220	1	36	2	3,94	3
Borba	81	3	52137	2	29	2	3,86	3
Estremoz	82	3	103828	3	50	3	3,83	3
Évora	249	5	623270	5	205	5	5,66	5
Montemor-o-Novo	96	3	176074	4	76	3	3,23	3
Mourão	11	1	24883	1	5	1	6,19	5
Portel	18	1	9953	1	30	2	2,81	2
Redondo	42	2	51506	2	31	2	2,84	2
Reguengos de Monsaraz	51	2	75883	2	30	2	3,51	3
Sousel	37	2	40357	2	19	1	5,19	4
Vendas Novas	112	3	119054	3	28	2	4,3	3
Viana do Alentejo	57	2	17065	1	11	1	5,34	4
Vila Viçosa	64	2	90939	3	41	2	4,51	4
Alentejo Central	989		1434546		614		4,44	
Alentejo	3154		4170900		1613		4,22	

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2001

Quadro 2 - Posicionamento relativo do concelho do Alandroal no sistema urbano regional ao nível económico

No domínio económico o concelho do Alandroal apresenta um posicionamento relativo na Região que não é dos mais favoráveis (Quadro 2).

O concelho do Alandroal apresenta uma dinâmica construtiva bastante baixa, o que aliás é uma característica comum aos restantes concelhos do Alentejo Central. A dinâmica de construção constitui um bom indicador para avaliar a vitalidade económica de um território, posicionando-se o concelho do Alandroal nesta matéria ao mesmo nível dos concelhos de Reguengos de Monsaraz, Arraiolos, Redondo, Sousel, Viana do Alentejo e Vila Viçosa.

No que respeita ao volume de vendas das sociedades em 2000 e ao número de sociedades constituídas em 2001, o concelho do Alandroal, mais uma vez, evidencia um afastamento considerável do nível de desenvolvimento apresentado por Évora, à semelhança dos restantes concelhos da Sub-região. O concelho contribui em cerca de 1,3% para o total do volume de negócios produzido pelas Sociedades sediadas no Alentejo Central.

Relativamente à dinâmica empresarial, instalaram-se em 2001 no concelho do Alandroal 23 novas sociedades empresariais, correspondendo a cerca de 3,7% do total de sociedades criadas nesse ano no Alentejo Central.

O número de bancos por cada 10.000 habitantes é de 3,04, situando-se abaixo da média regional (4,44).

	Pop. Servida por Água 2000		Pop. Servida Sistemas Drenagem Águas Residuais 2000		Pop. Servida ETAR's 2000	
	%	n.º ordem	%	n.º ordem	%	n.º ordem
Alandroal	95	5	95	5	25	1
Arraiolos	100	5	100	5	95	5
Borba	95	5	85	4	30	2
Estremoz	95	5	80	4	50	3
Évora	90	5	89	4	87	4
Montemor-o-Novo	72	4	67,7	3	35,2	2
Mourão	100	5	100	5	88	4
Portel	98	5	97	5	-	0
Redondo	90	5	90	5	60	3
Reguengos de Monsaraz	96	5	93	5	50	3
Sousel	96	5	96,4	5	12	1
Vendas Novas	100	5	93	5	33,2	2
Viana do Alentejo	98	5	96	5	96	5
Vila Viçosa	98	5	95	5	68	3
Alentejo Central	91,8		88,3		59,7	
Alentejo	92,2		86,3		67,6	

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2001

Quadro 3 - Posicionamento relativo do concelho do Alandroal no sistema urbano regional ao nível ambiental

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

No domínio ambiental o concelho do Alandroal apresenta-se relativamente bem posicionado no contexto regional, designadamente no que respeita à percentagem de população servida com água e com sistemas de drenagem de águas residuais (Quadro 3). Todavia, a percentagem de população servida por ETAR's situa-se bastante aquém da média regional.

	Somatório dos n.ºs de ordem ponderados	posicionamento dos concelhos no sistema urbano regional
Alandroal	59	4º nível
Arraiolos	75	3º nível
Borba	78	3º nível
Estremoz	105	2º nível
Évora	142	1º nível
Montemor-o-Novo	105	2º nível
Mourão	69	3º nível
Portel	52	4º nível
Redondo	70	3º nível
Reguengos de Monsaraz	88	2º nível
Sousel	75	3º nível
Vendas Novas	96	2º nível
Viana do Alentejo	81	3º nível
Vila Viçosa	90	2º nível

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2001

Quadro 4 - Posicionamento relativo do concelho do Alandroal no sistema urbano regional

O somatório dos números de ordem alcançados em cada indicador considerado deram origem ao Quadro 4, onde é possível identificar que em termos globais o concelho de Évora assume a liderança quanto ao nível de desenvolvimento socio-económico no Alentejo Central, revelando simultaneamente um sistema urbano regional desequilibrado, polarizado fundamentalmente pela capital de distrito. Em segundo lugar surge um conjunto de 5 concelhos com um nível de desenvolvimento semelhante e no qual se incluem os concelhos de Reguengos de Monsaraz, Estremoz, Montemor-o-Novo, Vendas Novas e Vila Viçosa. No 3º nível situam-se os concelhos de Arraiolos, Borba, Mourão, Redondo, Sousel e Viana do Alentejo e na situação mais desfavorável estão os concelhos do Alandroal e Portel.

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

3.2. ZONA DE ALQUEVA

Após a análise do sistema urbano da Sub-Região do Alentejo Central procedeu-se ao enquadramento do concelho do Alandroal no conjunto dos concelhos pertencentes à Zona de Alqueva, tendo sido aplicada a mesma metodologia apresentada no ponto anterior.

No conjunto dos indicadores de índole sócio-demográfica (Quadro 5) o concelho do Alandroal apresenta, em termos genéricos, um posicionamento relativamente confortável no sistema urbano da Zona de Alqueva. É ao nível do volume demográfico, da taxa de mortalidade infantil e da taxa de cobertura dos equipamentos colectivos¹ que os resultados alcançados pelo concelho do Alandroal são mais favoráveis.

	População 2001		Índice de Envelhecimento 2000		Tx. Média Mort. Infantil 1996/00		Lares/1000 idosos 2000		Creches/1000 crianças (-5 anos) 2000		Bibliotecas/10000 hab. 2000		Pop. Ensino Superior 2001	
	Hab.	n.º ordem	índice	n.º ordem	%o	n.º ordem	n.º	n.º ordem	n.º	n.º ordem	n.º	n.º ordem	%	n.º ordem
Alandroal	6585	3	221,5	2	7,8	4	1,1	4	3,7	5	3	3	1,6	2
Barrancos	1924	2	195	3	13,5	3	2,1	5	-	0	5,2	4	4,7	4
Moura	16590	5	152,3	4	3,5	5	0,8	3	3	3	1,8	2	5,5	5
Mourão	3230	2	120,8	5	-	0	1,3	4	-	0	6,2	5	1,3	1
Portel	7109	3	161,8	4	12,8	3	0,6	2	3	3	2,8	3	1,9	2
Reguengos de Monsaraz	11382	4	196,2	3	3,9	5	1,1	4	3,9	5	2,6	3	3,3	3

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2001

Quadro 5 - Posicionamento relativo do concelho do Alandroal no sistema urbano da Zona de Alqueva ao nível sócio-demográfico

No domínio económico (Quadro 6) o concelho do Alandroal apresenta uma situação mediana, destacando-se dos restantes concelhos, fundamentalmente, pelo dinamismo do tecido empresarial, designadamente ao nível da criação de novas empresas.

	Concessão Licenças Construção 2000		Volume Vendas 2000		Sociedades Constituídas 2001		Bancos / 10000 hab. 2000	
	n.º	n.º ordem	mil euros	n.º ordem	n.º	n.º ordem	n.º	n.º ordem
Alandroal	39	3	18379	3	23	4	3,04	3
Barrancos	18	2	2535	1	3	2	10,5	5
Moura	117	5	55877	4	22	4	3,5	3
Mourão	11	2	24883	3	5	2	6,19	4
Portel	18	2	9953	2	30	5	2,81	3
Reguengos de Monsaraz	51	4	75883	5	30	5	3,51	3

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2001

Quadro 6 - Posicionamento relativo do concelho do Alandroal no sistema urbano da Zona de Alqueva ao nível económico

¹ Os valores apresentados correspondem a uma relativização dos valores absolutos em função do volume demográfico de cada concelho. Por exemplo, um concelho pode ter um maior número de equipamentos mas apresentar um nível de cobertura da população servida inferior.

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

No domínio ambiental (Quadro 7), as taxas de cobertura dos serviços de abastecimento público de água à população e de drenagem de águas residuais são muito próximas dos 100% em todos os concelhos. Somente ao nível da taxa de cobertura da população servida por ETAR é que se regista uma maior diferenciação entre os concelhos da Zona de Alqueva. Moura e Mourão são os concelhos que registam os melhores resultados quanto à percentagem de população servida por ETAR na Zona de Alqueva, situando-se o concelho do Alandroal a um nível mediano.

	Pop. Servida por Água 2000		Pop. Servida Sistemas Drenagem Águas Residuais 2000		Pop. Servida ETAR's 2000	
	%	n.º ordem	%	n.º ordem	%	n.º ordem
Alandroal	95	4	95	4	25	2
Barrancos	100	5	100	5	50	3
Moura	100	5	100	5	100	5
Mourão	100	5	100	5	88	4
Portel	98	4	97	4	-	0
Reguengos de Monsaraz	96	4	93	4	50	3

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2001

Quadro 7 - Posicionamento relativo do concelho do Alandroal no sistema urbano da Zona de Alqueva ao nível ambiental

O somatório dos números de ordem alcançados em cada indicador considerado deram origem ao Quadro 8, onde é possível constatar que os concelhos de Moura e de Reguengos de Monsaraz assumem a liderança do sistema urbano da Zona de Alqueva. Em segundo lugar surge apenas o concelho do Alandroal. No 3º nível situam-se os restantes concelhos da Zona de Alqueva, designadamente Mourão, Portel e Barrancos.

	Somatório dos n.ºs de ordem ponderados	posicionamento dos concelhos no sistema urbano regional
Alandroal	103	2.º Nível
Barrancos	92	3.º Nível
Moura	134	1.º Nível
Mourão	84	3.º Nível
Portel	89	3.º Nível
Reguengos de Monsaraz	128	1.º Nível

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2001

Quadro 8 - Posicionamento relativo do concelho do Alandroal no sistema urbano da Zona de Alqueva

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

4. NÍVEIS DE EXECUÇÃO DO PLANO

4.1. OCUPAÇÃO DO SOLO, COMPROMISSOS URBANÍSTICOS E RESERVAS DISPONÍVEIS DE SOLO URBANO

4.1.1. Ocupação do Solo

4.1.1.1. Estrutura do Povoamento - Distribuição Espacial da População

O concelho de Alandroal apresenta uma situação limítrofe em relação às duas sub-regiões em que está integrado: a Zona dos Mármore e a Área Envolvente da Albufeira de Alqueva.

É um dos concelhos menos populosos do Alentejo Central, com cerca de 6600 habitantes em 544 Km². Na última década terá continuado a perder população, tal como a Região do Alentejo em geral, mas registando um elevado decréscimo populacional (-10%), enquanto que a Região registou apenas - 2,7%.

O concelho encontra-se repartido em 6 freguesias. A freguesia sede do concelho, com 1938 habitantes, situa-se a Norte, a 9 km do triângulo Vila Viçosa – Borba – Estremoz.

O sistema urbano do concelho do Alandroal é constituído actualmente por 18 lugares.

A evolução da população residente no concelho do Alandroal, ao nível do lugar, entre 1991 e 2001, revela que apenas 4 lugares registaram acréscimos populacionais no último período inter-censitário, designadamente a vila do Alandroal e as povoações de Rosário (freguesia de N.ª S.ª da Conceição), Orvalhos (freguesia de Santiago Maior) e Hortinhas (freguesia de Terena).

A Vila do Alandroal foi o lugar que apresentou o maior crescimento em termos absolutos (mais 49 habitantes). Porém, coube ao lugar de Rosário o crescimento relativo mais significativo em igual período, com 10,6%.

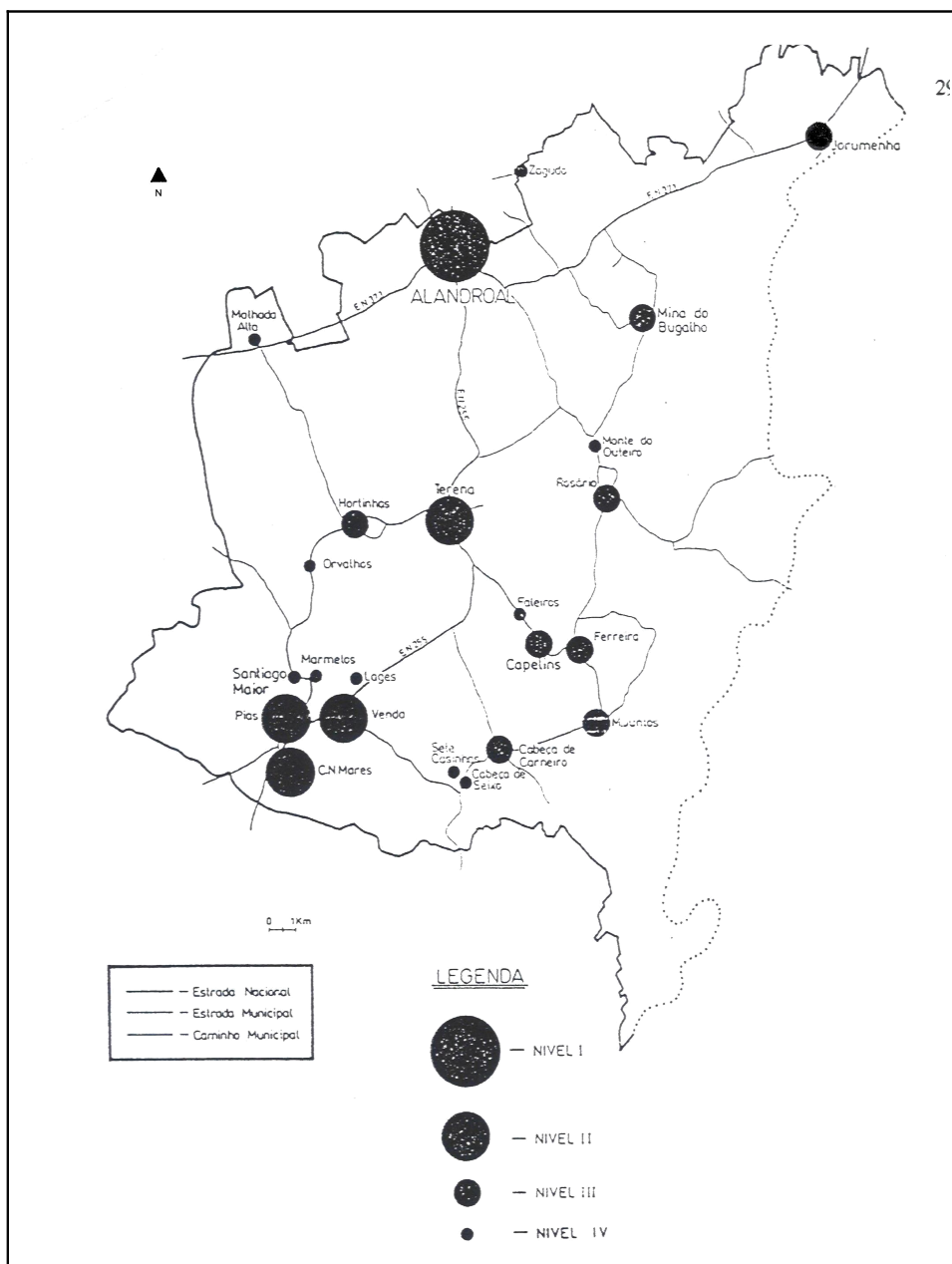
A população residente isolada aumentou de forma substancial nas freguesias de Santiago Maior (mais 257 indivíduos) e de Capelins (mais 123 indivíduos), fenómeno que poderá estar relacionado com a ocupação de alguns montes para residência habitual.

A evolução demográfica do sistema urbano do concelho do Alandroal revela uma tendência de decréscimo dos efectivos populacionais na generalidade dos lugares. Somente 4 lugares registaram ligeiros acréscimos populacionais, entre os quais a vila do Alandroal, certamente em resultado de um processo de concentração da população nos lugares mais importantes.

A evolução do número de edifícios e do número de alojamentos segue, de uma forma geral, a tendência de evolução da população residente (Quadros 2 e 3). Os lugares que evidenciaram um dinamismo positivo do parque habitacional foram a vila do Alandroal e as povoações de Rosário (freguesia de N.ª S.ª da Conceição), Juromenha (freguesia da Juromenha) e Hortinhas (freguesia de Terena). Mais uma vez se constata um dinamismo significativo ao nível da construção de novos edifícios e alojamentos nos isolados das freguesias de Santiago Maior e de Capelins.

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro



Fonte: PDM Alandroal

Figura 1 – Hierarquia Urbana do Concelho do Alandroal

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

	1991	2001	Taxa Variação 1991/2001 (%)
CONCELHO DO ALANDROAL	7347	6580	-10,4
Freguesia de N.ª S.ª da Conceição	2015	1938	-3,8
Isolados	377	223	-40,8
Alandroal	1373	1422	3,6
Rosário	265	293	10,6
Freguesia de Juromenha	173	146	-15,6
Isolados	21	19	-9,5
Juromenha	152	127	-16,4
Freguesia de Santiago Maior	2784	2557	-8,2
Isolados	98	355	262,2
Lages	53	20	-62,3
Orvalhos	161	174	8,1
Marmelos	186	144	-22,6
Pias	306	306	0,0
Venda	772	688	-10,9
Cabeça de Carneiro	344	294	-14,5
Casas Novas	830	554	-33,3
Sete Casinhas	23	11	-52,2
Seixo	11	11	0,0
Freguesia de Capelins	872	668	-23,4
Isolados	61	184	201,6
Faleiros	37	19	-48,6
Aldeia de Ferreira	310	140	-54,8
Montes Juntos	464	325	-30,0
Freguesia de Terena	1009	859	-14,9
Isolados	169	72	-57,4
Terena	526	448	-14,8
Hortinhas	314	339	8,0
Freguesia de S. Braz dos Matos	494	412	-16,6
Isolados	73	90	23,3
Mina do Bugalho	421	322	-23,5

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População de 1991 e 2001

Quadro 9 - População residente no concelho do Alandroal, por freguesia e lugar, em 1991 e 2001

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

	1991	2001	Taxa Variação 1991/2001 (%)
CONCELHO DO ALANDROAL	3859	3886	0,7
Freguesia de N.ª S.ª da Conceição	874	968	10,8
Isolados	204	157	-23,0
Alandroal	546	658	20,5
Rosário	124	153	23,4
Freguesia de Juromenha	118	123	4,2
Isolados	26	25	-3,8
Juromenha	92	98	6,5
Freguesia de Santiago Maior	1304	1266	-2,9
Isolados	84	227	170,2
Lages	31	14	-54,8
Orvalhos	84	74	-11,9
Marmelos	87	67	-23,0
Pias	132	128	-3,0
Venda	321	300	-6,5
Cabeça de Carneiro	167	149	-10,8
Casas Novas	364	281	-22,8
Sete Casinhas	15	12	-20,0
Seixo	19	14	-26,3
Freguesia de Capelins	625	590	-5,6
Isolados	89	184	106,7
Faleiros	23	19	-17,4
Aldeia de Ferreira	232	129	-44,4
Montes Juntos	281	258	-8,2
Freguesia de Terena	674	668	-0,9
Isolados	142	60	-57,7
Terena	350	334	-4,6
Hortinhas	182	274	50,5
Freguesia de S. Braz dos Matos	264	271	2,7
Isolados	62	78	25,8
Mina do Bugalho	202	193	-4,5

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da Habitação de 1991 e 2001

Quadro 10 – Número de edifícios no concelho do Alandroal, por freguesia e lugar, em 1991 e 2001

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

	1991	2001	Taxa Variação 1991/2001 (%)
CONCELHO DO ALANDROAL	4122	4094	-0,7
Freguesia de N.ª S.ª da Conceição	1047	1113	6,3
Isolados	284	223	-21,5
Alandroal	622	729	17,2
Rosário	141	161	14,2
Freguesia de Juromenha	118	130	10,2
Isolados	26	31	19,2
Juromenha	92	99	7,6
Freguesia de Santiago Maior	1373	1298	-5,5
Isolados	91	234	157,1
Lages	32	14	-56,3
Orvalhos	89	75	-15,7
Marmelos	94	72	-23,4
Pias	133	130	-2,3
Venda	348	316	-9,2
Cabeça de Carneiro	176	150	-14,8
Casas Novas	375	281	-25,1
Sete Casinhas	15	12	-20,0
Seixo	20	14	-30,0
Freguesia de Capelins	635	590	-7,1
Isolados	90	184	104,4
Faleiros	23	19	-17,4
Aldeia de Ferreira	239	129	-46,0
Montes Juntos	283	258	-8,8
Freguesia de Terena	684	690	0,9
Isolados	145	63	-56,6
Terena	355	339	-4,5
Hortinhas	184	288	56,5
Freguesia de S. Braz dos Matos	265	273	3,0
Isolados	63	78	23,8
Mina do Bugalho	202	195	-3,5

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da Habitação de 1991 e 2001

Quadro 11 – Número de alojamentos familiares no concelho do Alandroal, por freguesia e lugar, em 1991 e 2001

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

4.1.1.2. Ocupação Agrícola e Florestal

O concelho do Alandroal tem uma Área de 544,1Km². Da superfície do solo total do concelho, 42.026 hectares correspondem à área de Superfície Agrícola Utilizada (SAU), ou 92,4%. As Matas e Florestas Ocupam 3,8% (essencialmente floresta de crescimento rápido) e 0,5% são ocupados pela Superfície Agrícola não Utilizada.

Uso do Solo	Alandroal		Alentejo Central	
	Área (há)	%	Área (há)	%
Área Total do Concelho	54.410			
Superfície Agrícola Total	44.604	100	620.017	100
Superfície Agrícola Utilizada	42.026	94,2	566.257	91,3
Superfície Agrícola não Utilizada	228	0,5	9.461	1,5
Matas e Florestas	1.711	3,8	34.838	5,6
Outras Superfícies	639	1,4	9.461	1,5

Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura 1999

Quadro 12 – Repartição do uso do solo no Concelho do Alandroal

De entre as principais culturas permanentes destacam-se:

- Prados e Pastagens permanentes com uma área de 13.197 hectares o que representa 31,4% da Superfície Agrícola Utilizada.
- O olival ocupando uma extensão de 2.742 hectares, correspondendo a 6,5% da área ocupada pela SAU.
- A vinha com uma área de 291 hectares (0,7%) da SAU ocupada.

Para além destas sobressai, a área afectada ao Pousio com 17.171 hectares (40,9%) da SAU, se a esta juntarmos os 13.197 ha dos Prados e Pastagens Permanentes, perfaz 72,3% da SAU, o que, demonstra claramente a qualidade dos solos existentes no concelho e logicamente o tipo de Agricultura praticada.

Relativamente às principais culturas temporárias, sobressaem:

- A cultura de cereais para grão ocupa 6.304 ha o que representa apenas 15,0% da Superfície Agrícola Utilizada.
- As culturas forrageiras abrangem 1.942 ha, que representam 4,6% da SAU.
- As culturas industriais, leguminosas secas para grão, e as culturas hortícolas, ocupam respectivamente 553, 145 e 62 hectares da SAU, o que representa, 1,3%, 0,3% e 0,15% , sendo estas as culturas com menor expressão.

Se exceptuarmos as áreas inundadas na sequência do enchimento da Barragem de Alqueva, e de acordo com a análise da cartografia mais recente, as alterações do padrão de ocupação, entre o período que mediou entre a entrada em vigor do Plano Director Municipal e o presente, não são significativas.

4.1.1.3. Albufeira da barragem de Alqueva

Com o encerramento das comportas da Barragem de Alqueva em Março de 2002, teve início o enchimento da albufeira de Alqueva, tendo o nível das águas ultrapassado já a cota 148.

Dos efeitos mais imediatos destaca-se o alagamento de uma extensão de território do Concelho de dimensão significativa (área inundada) quando o plano de água atingir a cota máxima prevista.

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

4.1.2. Compromissos Urbanísticos e Reservas Disponíveis de Solo Urbano

A avaliação dos compromissos urbanísticos e reservas disponíveis de solo urbano foi realizada com base no levantamento da dinâmica de urbanização que ocorreu no Concelho – loteamentos com alvará.

A identificação das áreas comprometidas com loteamentos, é realizada nos Quadros n.º 13.1 a n.º 13.4 – Loteamentos com Alvará no Concelho do Alandroal e nos desenhos numerados de n.º1/13 a n.º13/13 – Níveis de Execução do PDM em Vigor – Perímetros Urbanos –, que se apresentam à escala 1/5000 (com base na cartografia em formato digital, à escala 1/10000, entretanto disponibilizada pela Associação de Municípios da Região do Alentejo, e que se encontra razoavelmente actualizada).

A quantificação das áreas de expansão (espaços urbanizáveis) previstos no PDM em vigor, é apresentada nas peças desenhadas referidas no parágrafo anterior, e no Quadro 14 - Reservas Disponíveis de Solo Urbano.

Relativamente à cartografia apresentada para os perímetros urbanos, cabe referir:

A delimitação dos perímetros urbanos foi realizada a partir das peças desenhadas do PDM (elaboradas sobre bases desactualizadas) que apresentando uma qualidade gráfica muito deficiente criaram muitas dificuldades à tarefa de identificação rigorosa dos zonamentos realizados.

A cartografia de base do PDM é constituída por cópias de fotografia aérea (não digitalizada e não corrigida) apresentando deformações significativas. Os limites dos Espaços Urbanos e Urbanizáveis identificados nas peças desenhadas que acompanham o presente relatório, envolveram, assim, alguns ajustamentos à cartografia de base digital agora utilizada (a já referida cartografia fornecida pela Associação de Municípios). Estas peças desenhadas, constituem, assim, exclusivamente, um instrumento de trabalho no âmbito da elaboração da revisão do PDM não devendo servir de base à administração urbanística, para efeitos de licenciamentos.

Em termos de balanço geral dos níveis de execução do Plano, é possível adiantar, com base na informação disponível, o seguinte:

O Solo Urbano consagrado nos perímetros urbanos do PDM, em vigor, envolve uma área total de 645,56 hectares, dos quais cerca de 24 % correspondem à área do perímetro urbano de Alandroal - 156,49 hectares.

A reserva total de solo urbano disponível – 139,64 hectares – é a correspondente às áreas não comprometidas por loteamentos urbanos com alvará nas áreas consagradas como áreas de expansão (os espaços urbanizáveis) na globalidade dos perímetros urbanos do PDM em vigor. Destes 139,64 hectares, apenas 42,26 hectares correspondem ao perímetro urbano de Alandroal; o valor da área remanescente – 97,38 hectares – corresponde ao valor apurado no conjunto dos restantes perímetros urbanos.

De notar, contudo, que a delimitação dos perímetros urbanos no PDM, em vigor, assentou em bases muito grosseiras (cartografia inadequada, inexistência de referências ao cadastro, e à rede hidrográfica fundamental – nomeadamente nos aglomerados de menor dimensão) pelo que o manancial de reserva de solo disponível perde muito significado – haverá que proceder à redefinição destas áreas ajustando-as a uma efectiva vocação urbana no contexto das estruturas urbanas e paisagísticas em que se inserem ou com as quais se relacionam. Esta será uma tarefa fundamental a empreender na fase de proposta de delimitação do solo de urbanização programada, a desenvolver no âmbito da presente revisão do Plano.

De acordo com o Regulamento do PDM, o perímetro urbano de Alandroal é o definido no Plano Geral de Urbanização, que está em plena eficácia, com alterações nos seguintes espaços urbanos e urbanizáveis:

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

- Zona ZH4 – área a ocupar com verde urbano (encontra-se classificada no PGU como Habitação - Área de Expansão Urbana)
- Zona Industrial designada por EZI;
- Zona designada por EZH – área a ocupar com equipamento (encontrava-se classificada no PGU como Habitação - Área de Expansão Urbana – ZH4);
- Zona Urbanizável a nascente da Vila – destinada a uso urbano habitacional;
- ZU – zona urbanizável localizada na confluência da Rua das Eiras do Ravasco com a EN 255 correspondente a parte da zona verde e recreio do PGU do Alandroal – destinada a uso urbano habitacional. A delimitação desta área não se encontra legível na peça;

Contudo, encontra-se a decorrer o processo para ratificação de Medidas Preventivas a estabelecer no âmbito da suspensão do Plano Geral de Urbanização da Vila de Alandroal, de acordo com o preceituado no Decreto-Lei n.º380/99, de 22 de Setembro na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º310/2003, de 10 de Dezembro. Foi deliberado suspender o PGU de Alandroal na Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de Alandroal de dia 25 de Junho de 2004, nos termos do disposto na alínea b) do n.º2 do DL n.º380/99, de 22 de Setembro com a redacção dada pelo DL n.º310/2003, de 10 de Dezembro.

Em suma:

- O PDM amplia a área do perímetro urbano do PGU do Alandroal – com 80,95 hectares – para uma área de 156,49 hectares (a área total do perímetro urbano, consagrado no PDM, com a integração das alterações, acima referidas).
- O PDM altera o estatuto: de uma área de expansão urbana habitacional (ZH4) para verde urbano.
- O PDM altera o estatuto: de uma área de expansão urbana habitacional (ZH4) para equipamento.

A dinâmica urbanística da Vila é a que se revela mais expressiva no quadro da rede urbana concelhia, tendo-se registado 15 loteamentos com alvará (iniciativa de particulares) e três loteamentos municipais, dois para habitação (Loteamento Municipal das Caraças e Loteamento da Tapada do Cochicho) outro para indústria (Loteamento Municipal de Expansão da Zona Industrial). A dinâmica urbanística foi, no contexto de evolução da Vila, bastante significativa no período que mediou a entrada em vigor do PDM e a presente data – dos 15 loteamentos registados, 10 ocorreram neste período.

A avaliação dos níveis de execução do PDM no perímetro urbano do Alandroal, permite concluir:

Na área delimitada pelo perímetro do PGU (80,95 hectares) os espaços urbanizáveis encontram-se completamente esgotados; as áreas livres observáveis no terreno, correspondem:

- aquelas cujo estatuto foi alterado pelo PDM (ZH4) para verde urbano e equipamento.
- às que se encontram identificadas no PGU como Reserva Agrícola Nacional (Zra), Zona Verde de Convívio e Recreio Infantil (Zvr) ou Zona Verde de Protecção e Enquadramento (Zvp).

As áreas classificadas na Reserva Agrícola Nacional são de dimensão significativa – e que detêm uma localização estratégica em termos de vocacionamento urbanístico – encontram-se expectantes e sem qualquer utilização agrícola. Estas áreas encontram-se classificadas como espaço urbano, na peça desenhada do perímetro urbano do PDM, o que transmite alguma incongruência e dificuldades de interpretação do estatuto da área, no âmbito da administração urbanística e da interlocução com os munícipes.

As reservas disponíveis de solo urbano localizam-se, assim, nos espaços urbanizáveis que resultaram da ampliação do perímetro urbano do PGU (as já referidas alterações que o PDM consagrou no seu Regulamento), sendo marginais, ou periféricas, e de reduzida dimensão – 42, 26 hectares, que correspondem a cerca de 27% do perímetro urbano. Esta área inclui o solo disponível na Zona Industrial (ainda não urbanizado) e a Reserva do

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

Urbanizável Industrial, pelo que a área remanescente passível de urbanização para uso habitacional é de apenas 26,2 hectares.

Relativamente ao desenvolvimento de instrumentos urbanísticos mais detalhados – Planos de Pormenor, cabe referir:

- Encontra-se ainda em vigor um Plano de Pormenor de 1978 – o Plano de Pormenor da Tapada da Alfarrobeira – que se encontra executado e que integra a área onde se encontra implantada a Escola Preparatória Diogo Lopes de Sequeira, na Vila do Alandroal.
- Encontra-se aprovado e em vigor o Plano de Pormenor do Parque de Feiras e Exposições do Alandroal;
- Encontra-se em fase de elaboração o Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do centro histórico que se encontrava previsto no PDM em vigor (os limites da área a submeter a esta intervenção foram ligeiramente ampliados).
- Encontra-se em Elaboração o Plano de Pormenor das Morenas;
- Encontra-se em Elaboração o Plano de Pormenor de Juromenha;
- Encontra-se em Elaboração o Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação da Vila de Juromenha;
- Encontra-se suspenso o Plano Geral de Urbanização da Vila do Alandroal, estando as Medidas Preventivas em vigor

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

Perímetro Urbano / Designação do Loteamento	Área objecto de loteamento m2	Área total dos lotes m2	N.º de Fogos	Tipologias Fogos	Área de Construção total m2	Área de Implantação total m2
Freguesia de N. S.ª da Conceição						
Alandroal						
L01 - Alvará de Loteamento n.º 4/98	20152,8	16357,78	47	uni. isolada uni. geminada	7625,5	4285
L02 - Alvará de Loteamento n.º 4/2004	10789,12	8518,95	22	uni. isolada uni. banda	4811,18	2616,49
L03 - Alvará de Loteamento n.º 2/2000		2255,5	9	uni. isolada plurifamiliar	1622,88	871,44
L04 - Alvará de Loteamento n.º 5/981		1867	7	unifamiliar banda		
L05 - Alvará de Loteamento n.º 3/99	3923	3633,45	6	unifamiliar isolada	1855,76	978,2
L06 - Alvará de Loteamento n.º 5/99	640	640	4	unifamiliar banda	795,5	397,6
L07 - Alvará de Loteamento n.º 1/88		23804*	61	uni. geminada uni. banda		
L08 - Alvará de Loteamento n.º 2/2002	23745	13750	44	uni. geminada uni. banda	5785,91	4692,31
L09 - Alvará de Loteamento n.º 1/2002	9750	8208,37	7	unifamiliar isolada	2393,77	2393,77
L10 - Alvará de Loteamento n.º 2/98	1500	1220	2	unifamiliar isolada	478,16	354,88
L11 - Alvará de Loteamento n.º 2/79		2090	6	unifamiliar	627	627
L12 - Alvará de Loteamento n.º 1/976		1303*	4	unifamiliar isolada		
L13 - Alvará de Loteamento n.º 8/98	1134	1134	5	unifamiliar banda	760	380
L14 - Alvará de Loteamento n.º 3/2000	2178	2178	8	uni. isolada uni. geminada	1497,77	814,79
L15 - Alvará de Loteamento n.º 2/99	1518,26	1518,26	4	unifamiliar isolada	863,5	477,5

Fonte: Câmara Municipal de Alandroal.- 2004. Elaboração própria

Quadro 13.1 – Loteamentos com Alvará no Concelho do Alandroal

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

No que diz respeito aos restantes perímetros urbanos do Concelho

A dinâmica urbanística observada nos restantes perímetros urbanos do Concelho é de reduzida dimensão (como se pode reter da observação das peças desenhadas acima referidas e da leitura dos quadros que se apresentam em seguida) nomeadamente, nos aglomerados populacionais de menor dimensão.

É de salientar, contudo, neste contexto, o dinamismo dos aglomerados da freguesia de Santiago Maior – onde se observa um padrão de povoamento bastante disperso, se comparado com as restantes freguesias do concelho – que no seu conjunto registam 27 loteamentos (Orvalhos 11, Aldeia da Venda 7 e Casas Novas de Mares/ Pias 9)

Designação do Loteamento	Área objecto de loteamento m2	Área total dos lotes m2	N.º de Fogos	Tipologias Fogos	Área de Construção total m2	Área de Implantação total m2
Freguesia de N. S.ª da Conceição						
Rosário						
L01 - Alvará de Loteamento n.º 3/981	1032	1032	1	unifamiliar isolada	0	0
L02 - Alvará de Loteamento n.º 6/98	1130	756	2	unifamiliar isolada	234,7	234,7
L03 - Alvará de Loteamento n.º 2/974		3186*	7	uni. isolada uni. geminada		
Freguesia de S. Brás dos Matos						
Mina do Bugalho						
L01 - Alvará de Loteamento n.º 3/98	3900	3410	4	uni. isolada uni. geminada	1193,6	596,8
L02 - Alvará de Loteamento n.º 1/2/89		4048,5	9	unifamiliar isolada		
L03 - Alvará de Loteamento n.º 1/975	800	800	2	unifamiliar isolada		
Freguesia de Terena						
Terena						
L01 - Alvará de Loteamento n.º 3/976	3500	3480	5	uni. isolada uni. geminada		
Hortinhas						
L01 - Alvará de Loteamento n.º 3/981	3275	3146,5	8	uni. isolada uni. geminada	1710,6	1098,1

Fonte: Câmara Municipal de Alandroal.- 2004. Elaboração própria

Quadro 13.2 – Loteamentos com Alvará no Concelho do Alandroal

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

Designação do Loteamento	Área objecto de loteamento m2	Área total dos lotes m2	N.º de Fogos	Tipologias Fogos	Área de Construção total m2	Área de Implantação total m2
Freguesia de Capelins						
Aldeia de Ferreira						
L01 - Alvará de Loteamento n.º 1/974		4689	3	unifamiliar isolada		
L01 - Alvará de Loteamento n.º 5/98		3126	4	unifamiliar isolada		
L03 - Alvará de Loteamento n.º 1/978		3284	6	unifamiliar geminada		
Montejuntos						
L01 - Alvará de Loteamento n.º 1/987		2434	4	unifamiliar isolada		
L02 - Alvará de Loteamento n.º 1/980		1081	2	unifamiliar geminada		
Freguesia de Santiago Maior						
Orvalhos						
L01 - Alvará de Loteamento n.º 1/2001	19250	18131,96	12	unifamiliar isolada	3368	1876,5
L02 - Alvará de Loteamento n.º 2/975		3480	2	unifamiliar isolada		
L03 - Alvará de Loteamento n.º 1/99	6895	5845	4	unifamiliar isolada	890	890
L04 - Alvará de Loteamento n.º 3/975		4240	3	unifamiliar isolada		
L05 - Alvará de Loteamento n.º 2/976		1183*	4	unifamiliar		
L06 - Alvará de Loteamento n.º 3/2001	2822,7	2000	1	unifamiliar isolada	500	250
L07 - Alvará de Loteamento n.º 3/2002	3384	3209,12	2	unifamiliar isolada	438,4	438,4
L08 - Alvará de Loteamento n.º 1/98		3557	2	unifamiliar isolada		320
L09 - Alvará de Loteamento n.º 2/981		4690	3	unifamiliar		
L10 - Alvará de Loteamento n.º 1/982		700	1	unifamiliar		
L11 - Alvará de Loteamento n.º 2/98		2490	3	unifamiliar isolada	1200	600

Fonte: Câmara Municipal de Alandroal.- 2004. Elaboração própria

Quadro 13.3 – Loteamentos com Alvará no Concelho do Alandroal

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

Designação do Loteamento	Área objecto de loteamento m2	Área total dos lotes m2	N.º de Fogos	Tipologias Fogos	Área de Construção total m2	Área de Implantação total m2
Freguesia de Santiago Maior						
Aldeia da Venda						
L01 - Alvará de Loteamento n.º 1/979		2377	1	unifamiliar isolada		
L02 - Alvará de Loteamento n.º 4/976		882	3	unifamiliar		
L03 - Alvará de Loteamento n.º 3/2001	2919	2596	8	unifamiliar geminada	1202	1202
L04 - Alvará de Loteamento n.º 4/99	2140	2016	3	unifamiliar isolada	1591,74	795,87
L05 - Alvará de Loteamento n.º 2/2001	4168,5	3968,5	4	uni. isolada uni. geminada	661,4	661,4
L06 - Alvará de Loteamento n.º 1/985		986	3	unifamiliar		
L07 - Alvará de Loteamento n.º 4/2000	2325	2325	3	unifamiliar isolada	912	912
Casas Novas de Mares/ Pias						
L01 - Alvará de Loteamento n.º 1/96	11226	8855,87	13	unifamiliar isolada	2772	1909,45
L02 - Alvará de Loteamento n.º 2/977		9000	2	unifamiliar isolada		
L03 - Alvará de Loteamento n.º 4/981		2000	4	unifamiliar		
L04 - Alvará de Loteamento n.º 1/981		4600	5*	unifamiliar		
L05 - Alvará de Loteamento n.º 1/977		1380	2	unifamiliar isolada	317	317
L06 - Alvará de Loteamento n.º 3/982		4257	4*	unifamiliar isolada		
L07 - Alvará de Loteamento n.º 2/982	5500	5267	8	unifamiliar isolada		
L08 - Alvará de Loteamento n.º 2/978		13000	3	unifamiliar		
L09 - Alvará de Loteamento n.º 1/90	15000	11788	12	unifamiliar banda		

* medido em planta e/ou deduzido

Fonte: Câmara Municipal de Alandroal.- 2004. Elaboração própria

Quadro 13.4 – Loteamentos com Alvará no Concelho do Alandroal

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

Agglomerados Populacionais	Perímetro Urbano	Espaço Urbano (áreas consolidadas)	Solo Comprometido no Espaço Urbanizável	Reserva de Solo Disponível no Espaço Urbanizável	
	(ha)	(ha)	(ha)	(ha)	% do Perímetro Urbano
1 Alandroal	156,49	74,19	26,80 (1) + 13,24 (2)	42,26 (3)	27.00
2 Rosário	34,00	27,82	0,00	6,18	18.18
3 Juromenha	13,74	11,91	0,00	1,83	13.32
4 Orvalhos (4)	50,44	25,22	-	25,22	-
5 Marmelos (4)	29,00	14,50	-	14,50	-
6 Casas Novas Mares/ Pias	105,92	89,82	0,00	16,10	15.20
7 Venda	55,70	48,93	1,44	5,33	9.57
8 Cabeça de Carneiro	34,12	32,92	0,00	1,20	3.52
9 Ferreira	21,29	17,90	0,00	3,39	15.92
10 Montes Juntos	39,27	29,95	1,17	8,15	20.75
11 Terena	38,31	31,04	0,00	7,27	18.98
12 Hortinhas	36,84	30,90	0,00	5,94	16.12
13 Mina do Bugalho	30,44	28,17	0,00	2,27	7.46
TOTAL	645,56	463,27	42,65	139,64	21,63

Fonte: Elaboração própria

Quadro 14 - Reservas Disponíveis de Solo Urbano

(1) Inclui o Solo Comprometido no Espaço Industrial (16,99 ha)

(2) Área abrangida pelas Zonas EZH (2,68 ha), ZH4 (6,64 ha) e Verde Urbano (3,92 ha)

(3) Inclui o Solo Disponível no Espaço Industrial (9,32 ha) e a Reserva do Urbanizável Industrial (6,74 ha)

(4) As peças desenhadas do PDM que foram disponibilizadas identificam o limite do perímetro urbano, mas não delimitam os espaços urbanos e urbanizáveis – os valores apresentados no quadro, constituem, assim, uma estimativa realizada a partir da observação dos níveis de ocupação na cartografia de base utilizada.

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

4.2. SISTEMAS DE INFRAESTRUTURAS

4.2.1. Sistemas de Infra-estruturas

A análise dos níveis de execução do PDM no que diz respeito aos sistemas de infra-estruturas - Sistema de Abastecimento de Água, Sistema de Tratamento de Águas Residuais e Sistema de Resíduos Sólidos – apresenta-se mais adiante, integrada no capítulo referente à Avaliação da Qualidade Ambiental do Concelho (Cap. 6).

Como conclusão principal, é de referir que os níveis de execução do Plano podem-se considerar, neste âmbito, globalmente positivos.

No domínio ambiental o concelho do Alandroal apresenta-se relativamente bem posicionado no contexto regional, designadamente no que respeita à percentagem de população servida com água e com sistemas de drenagem de águas residuais. Todavia, a percentagem de população servida por ETAR's situa-se bastante aquém da média regional.

No domínio ambiental, na Zona de Alqueva, as taxas de cobertura dos serviços de abastecimento público de água à população e de drenagem de águas residuais são muito próximas dos 100% em todos os concelhos. Somente ao nível da taxa de cobertura da população servida por ETAR é que se regista uma maior diferenciação entre os concelhos da Zona de Alqueva. Moura e Mourão são os concelhos que registam os melhores resultados quanto à percentagem de população servida por ETAR na Zona de Alqueva, situando-se o concelho do Alandroal a um nível mediano.

4.2.2. Equipamentos Colectivos

Do levantamento de todos os equipamentos colectivos, e da identificação de carências efectuada no âmbito do PDM em vigor, destaca-se:

Ensino Pré- Primário

O Concelho apenas dispunha de três estabelecimentos de ensino pré-primário um na sede – a Vila de Alandroal – outro em Terena e outro em Pias, sendo que a capacidade das instalações não se encontrava completamente aproveitada.

Ensino Básico – 1º Ciclo (Escolas Primárias)

Encontravam-se em funcionamento no Concelho 15 estabelecimentos de ensino que cobriam a globalidade do território. De um modo geral, à excepção da escola do Alandroal (que é a que apresentava o maior número de alunos), a oferta era bastante superior à procura, não se justificando, assim, a criação de novas unidades.

Ensino Básico – 2º e 3º Ciclos e Secundário

O Ensino Básico – 2º e 3º Ciclos era ministrado unicamente na Escola C+S localizada na sede de Concelho – a Vila de Alandroal, não se justificando a criação de novas unidades. O PDM equacionou a possibilidade de criação um estabelecimento de ensino secundário ou outras alternativas, nomeadamente, a redefinição e

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

respectiva repartição de alunos pelos estabelecimentos existentes, ou, se possível a ampliação das instalações da Escola Preparatória Diogo Lopes de Sequeira.

Segurança Social – Apoio à Infância

À data do desenvolvimento dos estudos do PDM, não existia nenhuma Creche no Concelho. O PDM perspectivou, assim, a criação de uma Creche, com capacidade para 25 crianças, a localizar, preferencialmente no Alandroal. A implementação de novos equipamentos, apontava para a criação de estabelecimentos que visassem uma resposta conjunta nas valências de Creche, Jardim de Infância, e ATL (Centro Infantil) procurando otimizar os recursos financeiros.

Relativamente a A.T.L.'s (Actividades de Tempos Livres) o PDM avançou com a proposta de criação de duas unidades (cada uma com capacidade para 25 alunos e aproveitando sempre que possível as instalações das escolas primárias) a localizar preferencialmente no Alandroal e em Terena, ou Pias.

Apoio à Terceira Idade

O Concelho apenas dispunha de um Lar e de um Centro de Dia, respectivamente com 32 e 15 utentes, localizados ambos na sede – a Vila do Alandroal. Foi apontada no PDM a necessidade de criação de mais 3 Centros de Dia (com capacidade de 40 utentes, cada) a localizar, preferencialmente, em Terena, Pias e noutro local a seleccionar na zona Este do Concelho; bem como, a ampliação da capacidade do Centro de Dia do Alandroal para 40 utentes. Foi, também, referida a necessidade de entrada em funcionamento de outro Lar com capacidade para 30 utentes.

Sugere-se, ainda, que os novos equipamentos a instalar visem uma resposta conjunta nas valências de Lar, Centro de Dia e apoio domiciliário.

Saúde

Relativamente aos cuidados de saúde, o Concelho era servido por um Hospital e um Centro de Saúde com 10 camas. O Centro de Saúde, que assegura as especialidades de Clínica Geral e Saúde Pública, cobria a área geográfica do Concelho através das suas 10 extensões periféricas (5 localizadas nas sedes de freguesia e as restantes nos aglomerados mais populosos), não se colocando grandes problemas relativamente às instalações destinadas aos cuidados de saúde primários.

Já quanto aos cuidados de saúde diferenciados, o Concelho não apresentava capacidade de resposta, tendo os doentes que recorrer a outros hospitais da Região. É, assim, apontada, como fundamental, a necessidade de aumentar a capacidade de resposta, quer ao nível dos primeiros socorros, quer ao nível do serviço de ambulâncias para o transporte de doentes.

Desporto

O Concelho dispunha de 9 campos de futebol (de terra batida) com uma razoável distribuição pelo território, e um campo de pequenos jogos localizado na sede - a Vila do Alandroal. O PDM destacou a insuficiência ao nível das infra-estruturas desportivas, avançando com as seguintes propostas:

- Melhoria de alguns equipamentos existentes.
- Dotar as sedes de freguesia e/ou os lugares mais populosos com um poli desportivo, de forma a permitir a prática de um leque diversificado de actividades (andebol, basquetebol, voleibol, ténis, etc.).
- Construção de um Pavilhão Polivalente.
- Construção de uma Piscina.
- Valorização de alguns espaços naturais para aproveitamento desportivo e turístico.

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

Cultura e Recreio

O Concelho dispunha de 11 Centros Culturais distribuídos por todas as freguesias, com excepção da freguesia da Juromenha. Registava-se, contudo a inexistência de qualquer sala de teatro ou cinema e de uma biblioteca. O PDM propôs, para suprir estas carências, a criação de um pequeno auditório, ou Cineteatro, e de uma Biblioteca Municipal.

Comércio

A estrutura comercial do Concelho, organiza-se na sua sede - a Vila do Alandroal – sendo nela que se localiza o comercio ocasional e raro. De referir, também, a realização de duas feiras anuais – no Alandroal e na Juromenha. O PDM propôs, para a dinamização da actividade económica, a criação de um Mercado Coberto e de um Pavilhão de Feiras e Exposições.

Balanço – níveis de execução

O balanço – níveis de execução – do quadro das propostas avançadas pode-se considerar positivo, nomeadamente se considerarmos, que no decurso de 2002, foi posta em marcha uma estratégia de desenvolvimento municipal materializada em propostas com incidência sobre a sede do concelho de Alandroal – designadamente, equipamentos estruturantes essenciais à correcção de carências de nível local e ao reforço das suas funções enquanto centralidade da “Zona de Alqueva” – e que tendo sido já objecto de formalização de candidaturas ao QCA III, necessitam de um ajustado enquadramento ao nível do PDM, em articulação com a iniciativa de revisão do Plano Geral de Urbanização de Alandroal. Tratam-se, designadamente dos seguintes projectos estratégicos:

- Novo Centro de Saúde (não previsto no PDM)
- Piscinas Municipais
- Biblioteca Municipal
- Fórum Cultural Transfronteiriço
- Parque de Feiras e Exposições
- Terminal Rodoviário

Analizado o processo relacionado com a localização da Biblioteca de Alandroal – que foi já objecto de Candidatura no âmbito do Programa de Criação de Bibliotecas Municipais – verifica-se que o Plano Director Municipal, no seu artigo 8º, remete, a área em causa, para o Plano Geral de Urbanização que consagra o local como equipamento existente – escola primária.

Analizado o processo relacionado com a preparação de uma candidatura para localização do Parque de Feiras e Exposições numa parcela de terreno contígua ao limite do perímetro urbano consagrado no PU, verifica-se que o Plano Director Municipal, consagra a área em causa com a classificação de Reserva Agrícola Nacional. O programa de actividades que se pretende implementar na localização referida envolve a criação de um espaço polivalente que permita a implantação :

- da Praça de Touros
- de um Pavilhão Multiusos
- de um Espaço de Feiras e Exposições (Feira de Gado, Mercado Semanal, Palco e outras estruturas móveis para a promoção de espectáculos ao ar livre, “barraquinhas de comes e bebes”, e outras instalações e serviços de apoio).
- de espaços de circulação e estacionamento.

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

A concretização deste programa que se pretende implementar para a promoção da actividade económica do Concelho e da Vila determina a necessidade de classificação da área como Equipamento Público e a desafectação da área da Reserva Agrícola Nacional (concretizada em Maio de 2005).

No quadro seguinte, sintetiza-se o conjunto das acções propostas e os seus níveis de execução.

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

Acções Propostas no PDM em vigor	Executado	Não Executado	Executado Parcialmente	Observações
EQUIPAMENTOS COLECTIVOS				
Ensino Pré-Primário				
Criação de mais 4 salas de aulas em Rosário, Montes Juntos, Venda, Pias e Casas Novas (em alguns casos aproveitando espaços disponíveis nas instalações das escolas primárias)				Rosário, Monte Juntos e Aldeia da Venda é pré-escolar itinerante Com a construção da escola Pré Primária de Pias a sala de aulas destinada à Pré Primária da Aldeia da Venda vai desaparecer ter outras funções.
Ensino Básico – 1º Ciclo				
Converter o espaço físico de algumas escolas com outras valências, nomeadamente, ATL e/ou Educação Pré-Escolar – de uma forma geral, com excepção da escola do Alandroal, a oferta de equipamentos é muito superior à procura em praticamente todos os lugares				A escola Primária de Marmelos e uma das salas da escola de Monte Juntos, foram convertidas para espaço ATL.
Ensino Básico – 2º, 3º Ciclo e Secundário				
São suficientes as instalações da escola C+S do Alandroal no que diz respeito aos 2º e 3º Ciclo	-----	-----	-----	
Criação de um estabelecimento de Ensino Secundário ou Ampliação da escola C+S do Alandroal				
Segurança Social – Apoio à Infância				
Criação de uma Creche com capacidade para 25 crianças, preferencialmente no Alandroal				

Fonte: Câmara Municipal de Alandroal.- 2004. Elaboração própria

Quadro 15 – Níveis de Execução do Plano - Equipamentos Colectivos

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

(cont.)

Acções Propostas no PDM em vigor	Executado	Não Executado	Executado Parcialmente	Observações
EQUIPAMENTOS COLECTIVOS				
Criação de 2 unidades de Actividades de Tempos Livres (ATL), com capacidade para 25 alunos cada (e aproveitando sempre que possível as instalações das escolas primárias), no Alandroal ou em Terena ou Pias				Apenas em Terena nas instalações da Associação de Protecção aos Idosos da Freguesia de Terena (APIT), para além deste foram criados os ATL's referidos anteriormente.
Segurança Social – Centros de Dia				
Aumento da Capacidade do Centro de Dia do Alandroal para 40 utentes				
Criação de 3 Centros de Dia, com capacidade para 40 utentes cada, preferencialmente em Terena, Pias e num outro lugar na área Este do concelho				Excepto na área Este Em Pias a capacidade é de 20 utentes para o centro dia fazendo apoio domiciliário a mais 10 utentes
Segurança Social – Lares de 3ª Idade				
Criação de outro Lar de 3ª Idade com capacidade para 30 utentes				Em Pias, com capacidade para 20 utentes
Saúde				
Preparação de uma boa capacidade de resposta quer a nível dos primeiros socorros, quer no serviço de ambulâncias para transporta de doentes				Foi construído um novo Centro de Saúde, estando em construção duas novas unidades de saúde, respectivamente em Terena e Rosário, que aguarda a inauguração. Aquisição de 2 ambulâncias
Desporto				
Melhoria de alguns equipamentos existentes				
Dotar as sedes de freguesia, ou os lugares mais populosos com um polidesportivo para a prática de, nomeadamente, andebol, basquetebol, voleibol, ténis, etc.				
Construção de uma piscina				
Promoção e pleno aproveitamento desportivo e turístico de alguns espaços naturais através da sua valorização				
Cultura e Recreio				
Biblioteca Municipal - Alandroal				Projecto Aprovado Em construção
Pequeno Auditório ou Cineteatro				Projecto Aprovado Projecto Concluído
Comércio				
Mercado Municipal Coberto				
Espaço para Feiras e Exposições				Está em elaboração o Plano de Pormenor

Fonte: Câmara Municipal de Alandroal.- 2004. Elaboração própria

Quadro 15 – Níveis de Execução do Plano - Equipamentos Colectivos

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

4.2.3. Acessibilidades

O sistema de acessibilidades do concelho do Alandroal é retratado, no PDM em vigor, segundo as seguintes características gerais:

- A cobertura do território do Concelho assegurada pela rede de estradas nacionais é bastante baixa (0,10Km / Km²).
- Em contrapartida, a rede viária municipal que apresenta uma extensão considerável, assegura uma cobertura de 0,24 km / Km².
- A cobertura das duas redes, com uma distribuição razoavelmente homogénea por todo o território, apresenta uma estrutura que dará resposta às necessidades do Concelho, não se afigurando imperiosa a construção de novas vias.

São destacadas, contudo, grandes deficiências ao nível das características do perfil transversal (em termos de larguras) e dos pavimentos das vias – cerca de 2/3 da rede municipal apresentava uma faixa de rodagem inferior a 4 metros, e quase 1/3 era em “terra batida”.

Perante estas condições, o PDM apontou a necessidade de a Autarquia empreender um grande esforço financeiro, tendo em vista dotar a rede viária municipal de características técnicas minimamente adequadas:

- Assegurando uma homogeneidade de tipos e estado dos pavimentos, bem como das larguras, pelo menos nas vias municipais principais.
- Dando prioridade à intervenção (a curto prazo) nas seguintes vias: EM-512-1, EM 541 (Hortinhas – Terena), Em 546 (Aldeia da Venda – Montes Juntos) e CM 1109 (Capelins – Rosário).

Relativamente à rede nacional, o PDM em vigor destaca as seguintes medidas de política e acções a desenvolver:

Como importantes infra-estruturas estruturantes, é de particular interesse para o desenvolvimento do Município a manutenção da classificação da EN 255 (ligação Vila Viçosa / Alandroal / Reguengos de Monsaraz) e da EN 373 (ligação Elvas / Juromenha / Alandroal / Redondo) como “outras estradas” da rede complementar, melhorando substancialmente as condições destes dois eixos estruturantes.

O PDM preconizou:

- para as Vias de 1º Nível (as que asseguram o atravessamento do Concelho, bem como as suas ligações com os principais pólos do País e da Região) – 11,0 metros (7,00 metros de faixa de rodagem e 2 x 2,0 metros para bermas e valetas);
- para as Vias de 2º Nível (as que asseguram a distribuição e colecta de tráfego entre as diferentes zonas funcionais do Concelho, bem as ligações às vias de 1º Nível, constituindo a sua rede complementar) – 9,0 metros (5,5 metros de faixa de rodagem e 2 x 1,75 metros para bermas e valetas)

O balanço – níveis de execução – deste programa é positivo, tendo-se executado um conjunto considerável de realizações ao nível da reabilitação de pavimentos, correcção de traçados e alargamento de vias, que envolveu uma capacidade avultada de investimento público:

- na generalidade das vias nacionais e municipais;
- num número considerável de vias municipais

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

É de destacar, contudo que se encontram, ainda por concretizar algumas intervenções estruturantes, nomeadamente as que se relacionam com as acessibilidades ribeirinhas ao Plano de Água da Albufeira de Alqueva.

No quadro da página seguinte, sintetiza-se o conjunto das acções propostas e os seus níveis de execução.

Acções Propostas no PDM em vigor	Executado	Não Executado	Executado Parcialmente	Observações
ACESSIBILIDADES				
Reabilitação de Pavimentos e Correção de Traçados e Alargamento de Vias				
Rede Nacional				
EN 255				
EN 373				
Rede Municipal – Estradas Municipais				
EM 508				
EM 511				Entre EN 255 e a EM 546
EM 512				Em execução
EM 512-1				
EM 513				
EM 541				Entre Terena e Hortinhas e entre Hortinhas e a EM 512 – Alargamento e Repavimentação
EM 546				Alargamento
Rede Municipal – Caminhos Municipais				
CM 1045				
CM 1046				
CM 1047				
CM 1106				
CM 1107				Reparação
CM 1107-1				
CM 1108				
CM 1109				Entre EN 373 e o Rosário
CM 1109-1				Repavimentação
CM 1110				Repavimentação
CM 1110- 1				Repavimentação
CM 1114				Rectificação
CM 1157				

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

Fonte: Câmara Municipal de Alandroal.- 2004. Elaboração própria

Quadro 16 – Níveis de Execução do Plano - Acessibilidades

(cont.)

Acções Propostas no PDM em vigor ACESSIBILIDADES Reabilitação de Pavimentos e Correção de Traçados	Executado	Não Executado	Executado Parcialment e	Observações
CM 1162				
CM 1163				
CM 1164				
CM 1165				
CM 1186				Beneficiação

Fonte: Câmara Municipal de Alandroal.- 2004. Elaboração própria

Quadro 16 – Níveis de Execução do Plano - Acessibilidades

Relativamente ao quadro de situação actual, cabe realçar:

No quadro regional o concelho e a vila do Alandroal apresentam, actualmente, uma situação bastante mais satisfatória após a concretização da Variante à EN 255 entre Borba e Vila Viçosa.

A EN 255 estabelece a ligação à A6/IP7. A A6 constitui um eixo estruturante na acessibilidade regional, assegurando a ligação entre Lisboa e Badajoz/Sevilha/Madrid, passando por Montemor-o-Novo, Évora, Estremoz e Elvas.

O concelho de Alandroal sofre, contudo, a concorrência dos concelhos vizinhos, mais equipados e com melhores acessibilidades, em particular Vila Viçosa, a Norte, e Reguengos de Monsaraz, a Sul.

A proximidade entre a sede de concelho, a vila de Alandroal, e Vila Viçosa tem vindo a materializar-se numa desvantagem para o Alandroal, reforçando as dificuldades em atrair actividades económicas e equipamentos para o concelho.

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

4.3. CONDICIONANTES E OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO RELEVANTES

Como condicionantes e outros critérios de avaliação relevantes, destacam-se:

- Os que decorrem da delimitação e aplicação do regime da Reserva Ecológica Nacional (REN)
- Os que se relacionam com a aplicação do POAAP
- Os que dependem do Regime de Exploração Hidroeléctrica da Barragem de Alqueva.

4.3.1. Aplicação do regime da Reserva Ecológica Nacional (REN) - Actualização

É do domínio público a intenção da administração central em promover um novo quadro de aplicação da REN, tendo já sido iniciada a discussão a partir de estudos entretanto realizados.

A aplicação do regime da REN tem sido objecto de muitas críticas – a comunidade técnica e científica, e política, bem como os promotores privados, e a população em geral, têm vindo a manifestar a sua incompreensão, nomeadamente em relação às disposições de restrição absoluta à edificabilidade, que o mesmo impõe.

A figura da REN, foi criada em 1983 não tendo sido, apesar dos esforços empreendidos nesse sentido, objecto de regulamentação. Foi desenvolvida uma proposta de flexibilização do seu regime de aplicação – com a identificação dos usos compatíveis com as diferentes componentes que a constituem (linhas de água, cabeceiras das linhas de água, áreas com rios de erosão, áreas de máxima infiltração, etc.) – publicada pelo Decreto-Lei 180/2006, de 6 de Setembro.

Apesar de ter ocorrido esta recente revisão da REN, continua a deter grande importância no contexto actual do processo de planeamento do concelho do Alandroal, tendo implicações muito significativas no quadro da revisão do Plano Director Municipal:

- é necessário aprofundar a reflexão sobre o modelo de ocupação do espaço rural do Concelho;
- é fundamental avaliar quais as componentes da REN que detêm de facto importância como recurso natural a preservar a nível nacional e regional.

Para a concretização destes objectivos, é essencial que sejam definidas, pela administração central, orientações precisas em termos de enquadramento metodológico para a identificação dos valores naturais que, na revisão do Plano Director Municipal, terão que ser integrados na Planta de Condicionantes e no Regulamento.

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

4.3.2. Aplicação das Disposições do Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva e Pedrogão (POAAP)

“O modelo de ordenamento e desenvolvimento preconizado impõe regras que garantem um ordenamento e desenvolvimento sustentável da área de intervenção, procurando compatibilizar a salvaguarda e valorização do meio ambiente e dos recursos presentes, com a manutenção dos usos e actividades existentes e o enquadramento dos novos projectos promotores de desenvolvimento para aquela área.

- ✓ *O modelo que se adopta é informado por um conjunto de princípios fundamentais que lhe estão subjacentes e que importa destacar, relevando, nomeadamente:*
- ✓ *A sustentabilidade e solidariedade intergeracional, promovendo a compatibilização entre a conservação da natureza e da biodiversidade e o desenvolvimento sócio-económico, num quadro de qualidade de vida das populações actuais e vindouras;*
- ✓ *A qualificação e valorização ambiental e paisagística das albufeiras e das respectivas envolventes;*
- ✓ *A coesão e equidade social, assegurando o equilíbrio social e territorial e uma distribuição equilibrada dos recursos e das oportunidades, pelos diversos grupos sociais, classes geracionais, territórios e lugares;*
- ✓ *A prevenção e precaução, prevenindo e antecipando os problemas e adoptando uma atitude cautelosa face ao défice de conhecimento ou à capacidade de intervenção, de forma a eliminar ou a minimizar riscos ou impactes negativos;*
- ✓ *A co-responsabilização, assumindo a partilha da responsabilidade nas opções de gestão com a comunidade, os agentes económicos, os cidadãos e associações representativas, não apenas pela aplicação do princípio do poluidor-pagador e do utilizador-pagador, mas também pela promoção de formas institucionais que propiciem uma gestão mais próxima dos cidadãos e dos utentes das albufeiras.”*

4.3.3. O Regime de Exploração Hidroeléctrica da Barragem de Alqueva

A exploração turística da albufeira de Alqueva poderá ser limitada por circunstâncias relacionadas com o regime de exploração hidroeléctrica e qualidade da água, que faz prever intermitentemente níveis muito baixos e zonas interníveis muito extensas, de mau aspecto, que dificultam o acesso à água e de difícil recuperação paisagística. Tal é previsível que suceda no Verão, época em que as potencialidades turísticas da albufeira são mais apetecidas.

Haverá, assim, que:

- Preparar as margens, especialmente a zona interníveis, de forma a permitir um fácil acesso à água, e tentar obviar a existência de zonas lodosas ou de mau aspecto.
- De acordo com a informação disponível, o Plano Interníveis, que está a ser elaborado por iniciativa da EDIA, irá proceder à identificação e classificação de áreas críticas na faixa interníveis, e, tendo em consideração os potenciais impactes decorrentes da oscilação da cota do Plano de Água, definir as intervenções prioritárias.
- Controlar a qualidade da água da Albufeira, não só nos aspectos químicos, de forma a manter-se apta para uso balnear, mas também no referente ao aspecto visual.

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

5. EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DE CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO

5.1. INSERÇÃO TERRITORIAL E ADMINISTRATIVA

O concelho do Alandroal, pertence ao Distrito de Évora e à NUT III Alentejo Central, confinando a Norte com os concelhos de Vila Viçosa e Elvas, a Sul com o concelho de Reguengos de Monsaraz, a Oeste com o concelho do Redondo e a Este com Espanha.

No contexto da Região Alentejo, o concelho do Alandroal possui uma posição geográfica privilegiada, estando equidistante (cerca de 45 km) de dois centros urbanos de grande importância regional e transfronteiriça, designadamente Évora e Badajoz.

Ao nível regional, o concelho do Alandroal integra a “Zona dos Mármore”, sub-região marcada por uma especialização produtiva sustentada na extracção e transformação dos mármore, constituída pelos concelhos de Estremoz, Borba, Vila Viçosa e Alandroal.

O concelho do Alandroal, com uma área de 544,1 km², é constituído por 6 freguesias: Alandroal (Nossa Senhora da Conceição), Juromenha (Nossa Senhora do Loreto), Santiago Maior, Capelins (Santo António), Terena (São Pedro) e São Brás dos Matos (Mina do Bugalho).

5.2. DEMOGRAFIA E RECURSOS HUMANOS

5.2.1. Tendências Recentes da Demografia Portuguesa

Nos últimos 40 anos a população portuguesa aumentou cerca de 1,5 milhões de habitantes, contabilizando em 2001 cerca de 10.355.824 habitantes. Porém, o acréscimo populacional de cerca de 13% não revela as profundas transformações ocorridas no território nacional ao nível demográfico, influenciadas por diversos factores de ordem social, económica, cultural e política.

As últimas décadas caracterizaram-se por um decréscimo sistemático dos valores relativos à fecundidade, natalidade, mortalidade infantil e crescimento natural e por um aumento da esperança média de vida à nascença e dos índices de envelhecimento.

Os movimentos de população no país durante as décadas de 60 e 70 evidenciaram o grande poder de atracção das áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa. A par de um esvaziamento demográfico dos centros urbanos assistiu-se ao crescimento das respectivas áreas suburbanas.

A tradicional dicotomia “campo-cidade” deu lugar a uma fragmentação complexa do território nacional e ao aparecimento de uma estrutura policêntrica de áreas atractivas. Como exemplo destas áreas de maior dinamismo demográfico destacam-se, nomeadamente, as áreas de industrialização difusa e os corredores de expansão e acesso às grandes aglomerações urbanas.

O padrão da mobilidade geográfica também sofreu alterações neste período, valorizando a circulação em detrimento da migração. Assiste-se, por um lado, à intensificação dos movimentos pendulares diários e, por outro lado, ao crescimento da mobilidade residencial não acompanhada por alterações no que se refere ao local de emprego.

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

Os últimos anos do Século XX foram palco de uma verdadeira ruptura na demografia portuguesa. Com o abrandamento da emigração assiste-se pela primeira vez à afirmação de Portugal como país de destino dos fluxos migratórios internacionais, destacando-se os contingentes populacionais provenientes dos PALOP, do Brasil e dos países da Europa de Leste.

Segundo Maria José Carrilho (1999), a demografia portuguesa nos próximos anos será marcada, nomeadamente, pelas seguintes grandes tendências:

Atenuação do ritmo de crescimento demográfico da população residente em Portugal nas próximas décadas, como resultado da queda da fecundidade.

Dinâmica de crescimento da população marcada pelo esquema de evolução da fecundidade e dos movimentos migratórios internacionais.

Modificação da estrutura etária: os jovens continuarão a diminuir e o processo de envelhecimento acelerar-se-á.

Diminuição tendencial da população feminina em idade de procriar (15-49 anos).

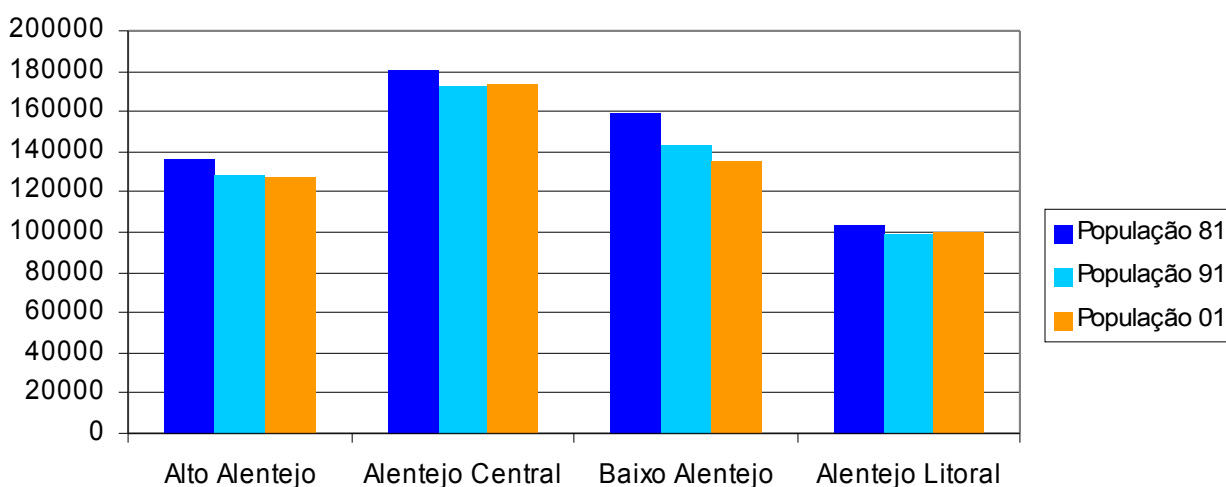
Atenuação do ritmo de crescimento da população em idade activa (15-64 anos), que passará a ser negativo a partir do início do Século XXI.

Aumento do ritmo de crescimento da população com 55 e mais anos.

5.2.2. A Região Alentejo

Nas últimas duas décadas a Região Alentejo entrou num período de estagnação/declínio demográfico motivado pela quebra abrupta dos níveis de fecundidade e pelo envelhecimento crescente da população (duplo envelhecimento, em função da diminuição dos mais jovens e do aumento do peso relativo dos mais idosos).

Esta situação resultou da saída massiva da população em idade activa para os grandes centros urbanos do litoral nas décadas anteriores. Actualmente já não pesam tanto os movimentos migratórios para o litoral, e para o exterior, mas assiste-se a uma redistribuição da população residente na Região assente no crescimento populacional dos centros urbanos regionais mais importantes à custa do despovoamento das áreas rurais.



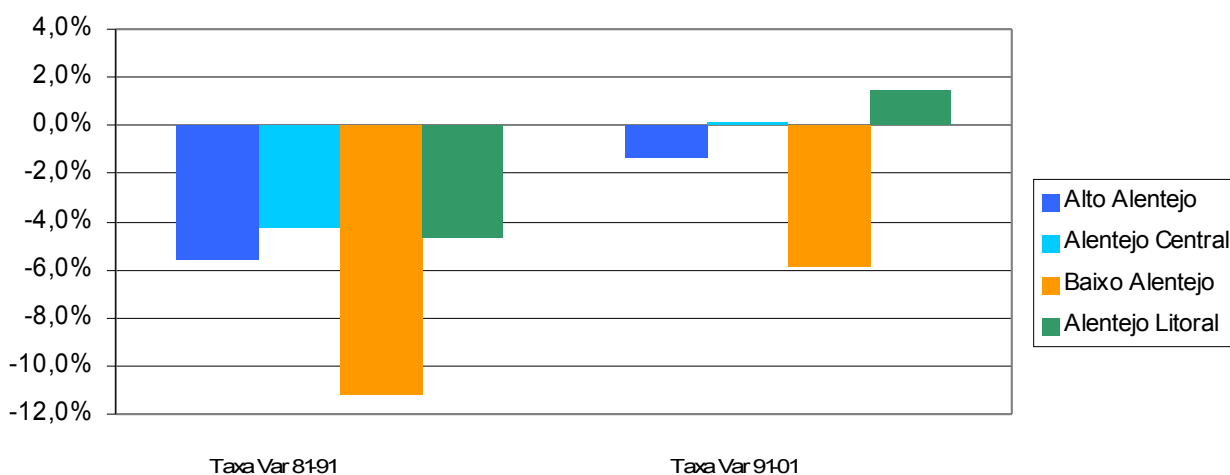
Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População.

Figura 2 - População residente na Região Alentejo (NUT III), 1981 – 2001

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

A Região Alentejo encerra em si realidades sócio-demográficas relativamente distintas. Apesar de em todas as Sub-regiões (NUT III) do Alentejo se ter registado uma diminuição da população residente na década de 80, os anos 90 foram palco de uma inversão na dinâmica demográfica no Alentejo Central e no Alentejo Litoral, apresentando taxas de variação positivas.



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População.

Figura 3 - Taxas de variação da população na Região Alentejo (NUT III), 1981/91 e 1991/01

Os concelhos de Évora, Vendas Novas e Estremoz foram os únicos a evidenciar um aumento do número de habitantes na década de 90, assumindo-se como os centros urbanos do Alentejo Central mais dinâmicos em termos sócio-económicos.

A evolução positiva do Alentejo Litoral está associada, em muito, à atracção de população estrangeira, nomeadamente do Norte da Europa, que em busca de um novo modelo de vida têm vindo a adquirir propriedades rurais (“montes alentejanos”) para aí fixar residência.

Os cenários voluntaristas apontam para a continuação da regressão demográfica na Região a curto/médio prazo. A inversão desta situação está, assim, manifestamente, dependente da capacidade da Região em conseguir fixar a população residente e em atrair população jovem e em idade de procriar. A alteração do modelo de desenvolvimento regional, e das premissas que o sustentam, revela-se cada vez mais como um imperativo à dinamização da Região Alentejo e à sua sobrevivência num contexto de elevada competitividade territorial.

5.2.3. O concelho de Alandroal

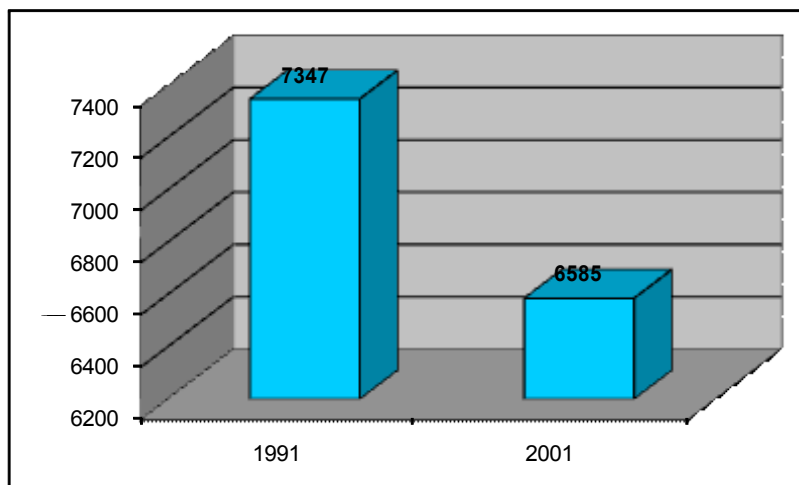
O concelho do Alandroal conta actualmente com 6.585 habitantes (Censos 2001), tendo registado um decréscimo populacional de cerca de 10,7% face ao ano censitário de 1991 (Figura).

Nos últimos anos tem-se assistido a algumas transformações nas dinâmicas territoriais no interior do concelho, que resultaram num processo de concentração da população no lugar sede de concelho (vila do Alandroal), com origem fundamentalmente nas freguesias rurais.

Os factores que estão na causa do declínio demográfico do concelho prendem-se essencialmente com a actuação simultânea de dois factores importantes, a existência de saldos migratórios negativos, responsáveis pela diminuição da população em idade de procriar, e a redução dos níveis de fecundidade nas mulheres em idade fértil, que assim não garantem a substituição das gerações.

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

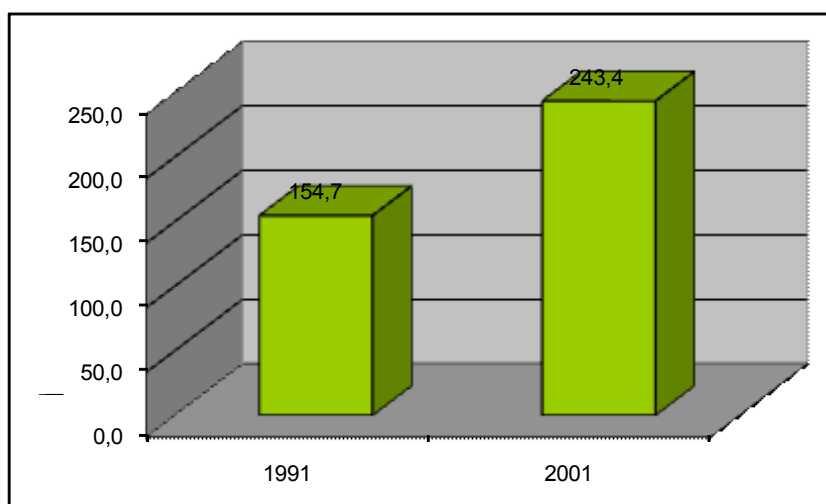
Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População.

Figura 4 - População Residente, 1991 e 2001

Associado ao problema da rarefacção demográfica está intimamente ligado o fenómeno do envelhecimento da população, constituindo actualmente um dos principais problemas que se colocam à sustentabilidade social, económica e, também, ambiental deste território. Entre 1991 e 2001 o peso relativo dos idosos (indivíduos com 65 e mais anos) face aos jovens (indivíduos com menos de 15 anos) aumentou de forma substancial no concelho do Alandroal, como se pode observar na Figura 5.



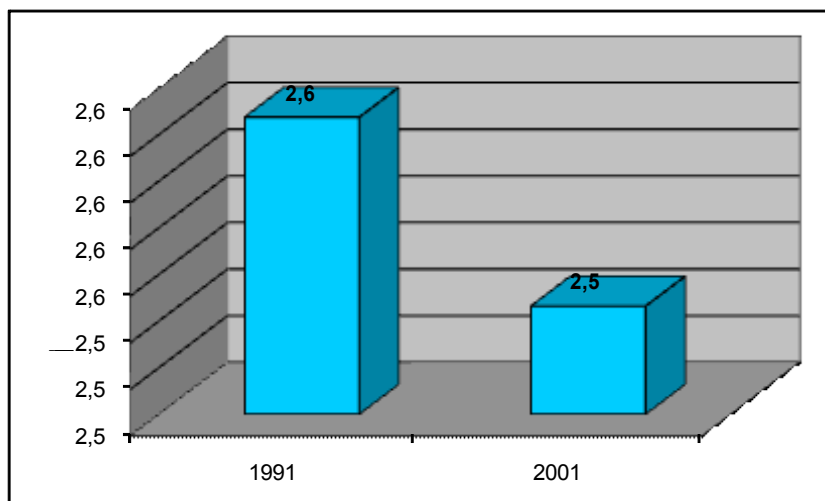
Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População.

Figura 5 - Índice de Envelhecimento, 1991 e 2001

A estrutura familiar também sofreu algumas alterações nos últimos anos. A este propósito cabe referir que a evolução da dimensão média da família no concelho do Alandroal apresentou uma tendência decrescente entre 1991 e 2001. No último ano censitário a dimensão média da família era de 2,5 indivíduos no concelho. Estas alterações são resultado do envelhecimento da população (aumento do peso de famílias unipessoais com 65 e mais anos) e da diminuição dos níveis de fecundidade nas mulheres em idade fértil.

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

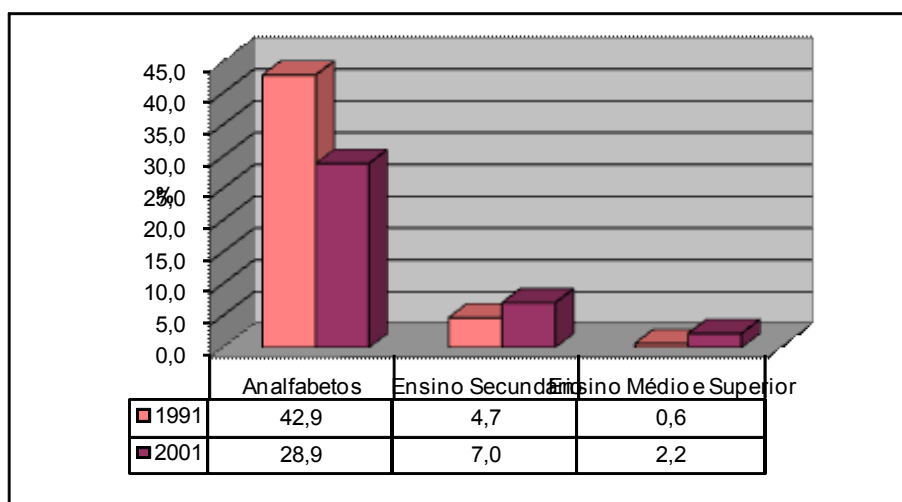
Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População.

Figura 6 - Evolução da dimensão média da família, 1991 e 2001

Os níveis de qualificação académica da população residente no concelho de Alandroal sofreram uma melhoria significativa nos últimos anos, nomeadamente no que respeita à redução da taxa de analfabetismo e ao incremento do número de indivíduos com níveis de qualificação mais elevados (ensino secundário e ensino médio e superior), como se pode observar na Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População.. Porém, é possível afirmar que a situação actual do concelho não é das mais favoráveis no contexto regional, assistindo-se actualmente à manutenção de elevadas taxas de analfabetismo, influenciada fundamentalmente pelo elevado envelhecimento da estrutura demográfica.



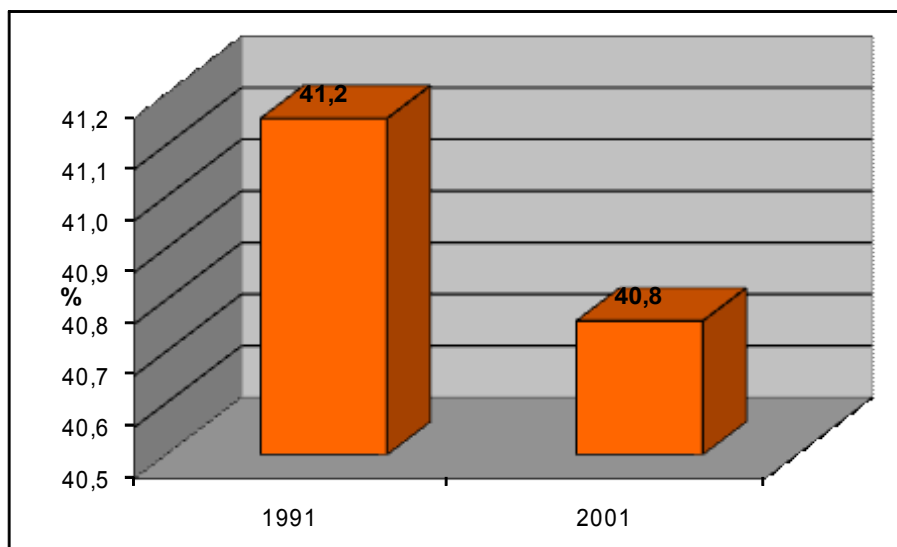
Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População.

Figura 7 - Qualificação Académica da População Residente no Concelho de Alandroal, 1991 e 2001

No último período inter-censitário o peso da população activa no concelho sofreu uma redução ligeira, provavelmente como resultado do envelhecimento das estruturas demográficas.

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

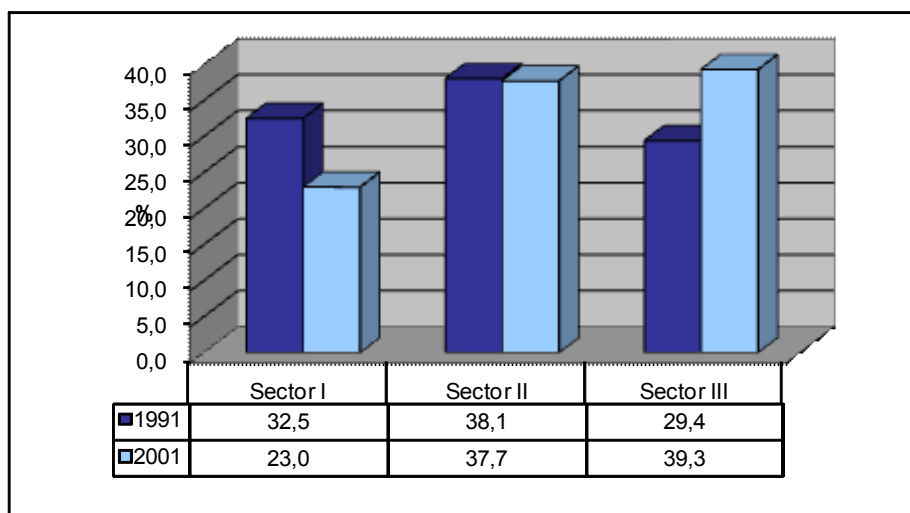
Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População.

Figura 8 - Taxa de actividade da população, 1991 e 2001

A distribuição da população activa por sectores de actividade representada na Figura 9 é reveladora da base económica concelhia. A estrutura da população activa no concelho apresenta-se bastante equilibrada entre os três sectores de actividade, embora com uma ligeira vantagem para o sector terciário, o único que sustentou uma tendência de crescimento nos últimos anos.



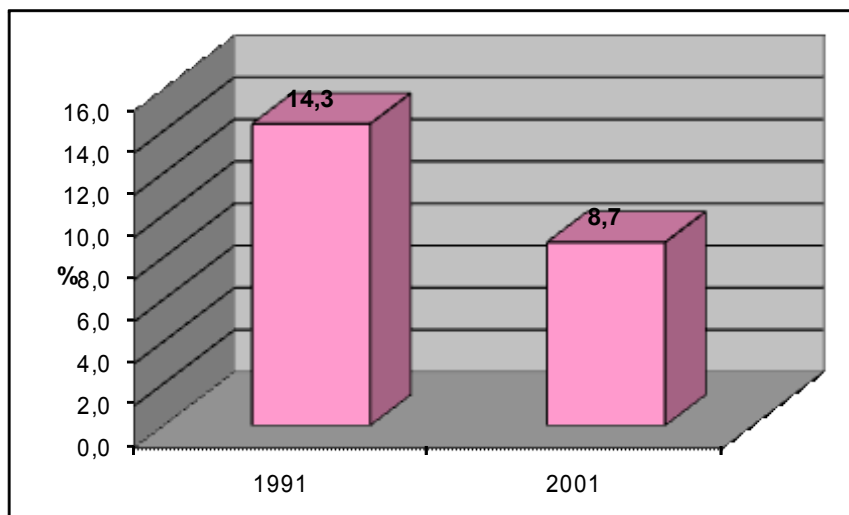
Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População.

Figura 9 - Distribuição da população activa por sectores de actividade no concelho do Alandroal, 1991 e 2001

A evolução das taxas de desemprego no concelho diminuíram de forma significativa entre 1991 e 2001, como se pode ver na Figura 10. Contudo, o desemprego ainda se situa a níveis bastante elevados, constituindo um problema social com alguma dimensão.

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

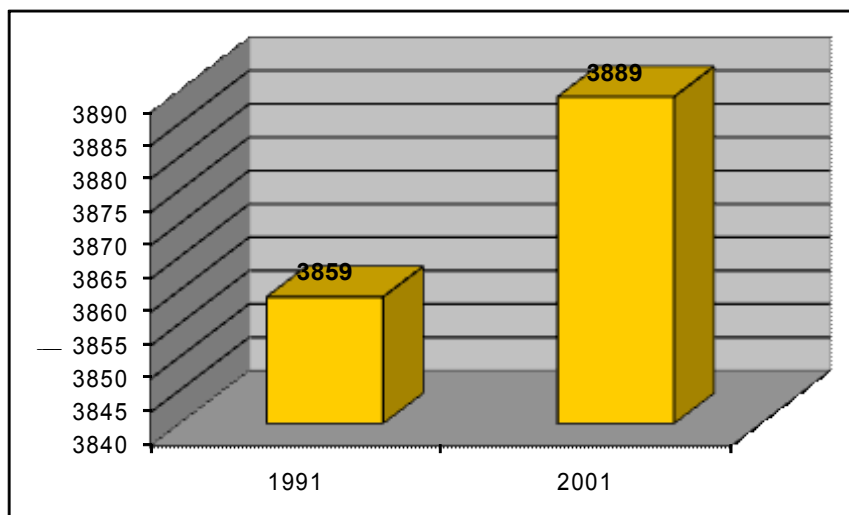


Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População.

Figura 10 - Taxa de desemprego, 1991 e 2001

5.3. PARQUE HABITACIONAL E PRESSÃO CONSTRUTIVA

A pressão construtiva entre 1991 e 2001, expressa através do número de edifícios, aumentou no concelho em cerca de 0,8% (Figura 11). Ao nível dos alojamentos assistiu-se a uma regressão neste domínio, provavelmente em resultado de demolições efectuadas durante este período temporal.

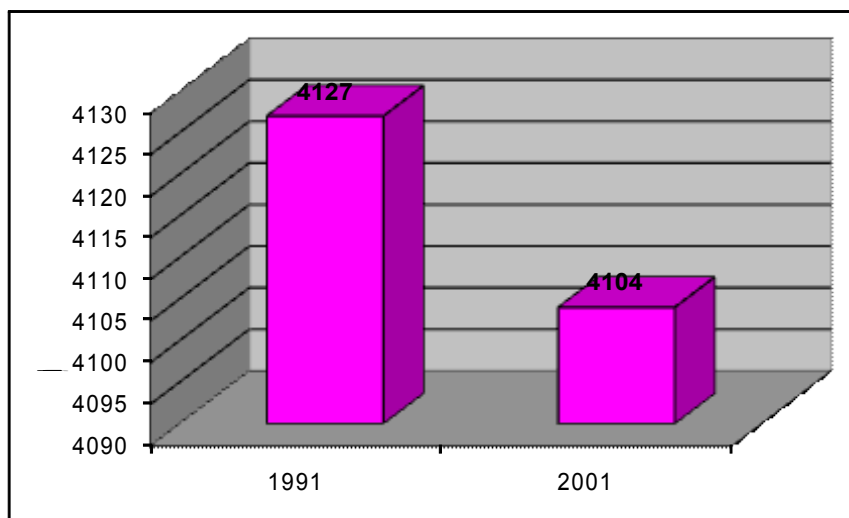


Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População.

Figura 11 - Evolução do número de edifícios entre 1991 e 2001

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População.

Figura 12 - Evolução do número de alojamentos entre 1991 e 2001

5.4. EMPREGO E ACTIVIDADES ECONÓMICAS

A evolução da estrutura empresarial do concelho do Alandroal nos últimos anos foi positiva. De acordo com dados do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, referentes a 1991 e a 1999, o número de empresas no concelho registou um aumento de 135 unidades produtivas neste período, o que representa um acréscimo relativo de cerca de 320%.

A estrutura empresarial do concelho do Alandroal em 2000, como se pode ver no Quadro 17, era constituída por 714 empresas, entre as quais 76 diziam respeito a Sociedades (10,5%).

A distribuição das empresas por ramo de actividade evidencia um predomínio das actividades ligadas ao comércio (26,3%), à agricultura (26,1%) e à construção civil (18,9%).

Em 1999, as Sociedades sediadas no concelho do Alandroal eram responsáveis por 526 postos de trabalho, tendo gerado no mesmo ano um volume de vendas de cerca de 18 milhões de euros.

Segundo os dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, as actividades mais importantes para a base económica do Concelho ao nível do emprego e do volume de vendas eram a indústria transformadora (45,1%) e a agricultura (37,5%). No que respeita à indústria transformadora, o sector das rochas ornamentais, e em especial dos mármore, ocupa uma posição importante na base económica concelhia, ainda que não tenha o mesmo grau de especialização como o que se regista nos outros concelhos que integram a "Zona dos Mármore", designadamente Vila Viçosa, Estremoz e Borba.

De referir ainda que, em 2001 foram constituídas no concelho do Alandroal 23 novas Sociedades, correspondendo a um acréscimo de 30,3% relativamente ao ano anterior. Os transportes, armazenagem e comunicações e o comércio por grosso e a retalho foram os ramos de actividade mais dinâmicos quanto ao número de novas Sociedades criadas em 2001.

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

Ramos de Actividade	Concelho do Alandroal							
	Empresas		Sociedades		Postos Trabalho(*)		Volume Negócios(*)	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	1000 Euros	%
Agricultura e Pesca	186	26,1	21	27,6	197	37,5	5763	31,4
Indústrias Extractivas	8	1,1	4	5,3	25	4,8	1221	6,6
Indústrias Transformadoras	65	9,1	19	25,0	237	45,1	6930	37,7
Electricidade., Gás e Água	-	-	-	-	-	-	-	-
Construção	135	18,9	8	10,5	25	4,8	1195	6,5
Comércio	188	26,3	10	13,2	22	4,2	2804	15,3
Alojamento e Restauração	56	7,8	9	11,8	16	3,0	253	1,4
Transportes e Comunicações	13	1,8	3	3,9
Actividades Financeiras	13	1,8	-	-	-	-	-	-
Act. Imobiliárias e Serviços às Empresas	11	1,5	1	1,3
Outras Actividades	9	1,3	1	1,3
Total	714	100	76	100	526	100	18379	100

(*) Relativo às Sociedades

(-) Resultado nulo

(...) Resultado confidencial

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2001

Quadro 17 - Estrutura empresarial do concelho do Alandroal, 2000

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

5.5. OUTRAS ACTIVIDADES RELEVANTES PARA O MUNICÍPIO - TURISMO

O concelho do Alandroal caracteriza-se principalmente pela grande riqueza turística que reside não só individualmente no património ou na riqueza natural mas sim na variedade de oferta turística. Falar de Alandroal é falar de Patrimónios, sejam pré-históricos e arqueológicos, seja da História de Portugal, que teve também como palco principal o Alandroal, seja a riqueza cultural e etnográfica, o campo, a fauna e agora mais recentemente o metamorfosar do Guadiana em Alqueva que veio contribuir para a criação de um património fluvial mais amplo, mais consistente e que se traduzirá em diversidade de fauna e flora e crescimento para concelho e de oferta para os turistas.

No que respeita à ruralidade e tradição do concelho ainda sem um produto que defina e que caracterize o concelho, o Alandroal é também um concelho onde se respira a tradição gastronómica, onde o azeite “Torre de Menagem” produzido e engarrafado no concelho começa agora a entrar no mercado, caracterizando-se como um azeite de elevada qualidade. Os queijos, mel, tapeçarias e doçaria figuram também da lista de produtos tradicionais ainda produzidos no concelho.

Alandroal – Energia para Crescer

O slogan Alandroal – Energia para Crescer traduz o potencial ou a energia do turismo existente que aliado e desenvolvido com o aproveitamento turístico de Alqueva, pode ser um forte motor de desenvolvimento do concelho.

A situação geográfica do concelho, privilegiado pela sua proximidade à auto-estrada Lisboa – Madrid, a poucos quilómetros de Badajoz (cidade com cerca de 160.000 habitantes) e assim perto da possível Estação paragem do TGV – *Train à Grande Vitesse*, que fará também a ligação Lisboa – Madrid, cria no Alandroal um potencial capaz de atrair empresas e desenvolver turismo. Mais uma vez a proximidade a Badajoz e ao aeroporto, hoje já com voos diários Internacionais, traduz-se num factor de grande benefício para o concelho de Alandroal.

A dimensão e diversidade de paisagens, fauna, flora, e claro o bom tempo que se tem na maioria do ano no concelho proporciona especialmente aos amantes da natureza e dos desportos de ar livre uma oportunidade de deslumbramento e lazer ímpar.

No que respeita a unidades hoteleiras e aqui falamos de Turismo Rural (TER), de unidades de alojamento turístico enquadradas em ambientes rurais, de forma a proporcionar ao visitante o melhor acolhimento e maior conforto junto à natureza, encontramos já uma Residencial, quatro unidades de Turismo Rural, um Turismo de Habitação, duas Casas de Campo, um Agro-Turismo e um Parque de Campismo Rural, que perfazem um total de 61 camas e dando emprego a 12 pessoas.

Acreditamos que nos próximos 10 anos a capacidade hoteleira quadruplicará e haverá ainda lugar ao aparecimento de outras empresas de serviços turísticos. Estes dados baseiam-se na escassez presente de camas existente já no presente e no aumento de procura que se tem vindo a notar à medida que o factor Alqueva se tem vindo a desenvolver. Desta forma quando a sua exploração do ponto de vista do aproveitamento Turístico for viável e possível, haverá como que um espécie de *boom*, que explorado e promovido pela qualidade do potencial existente dará uma maior notoriedade e servirá de forma mais benéfica a procura turística, sendo por arrastamento o reforço do motor turismo para a economia do concelho de Alandroal.

Frequência Turística

A frequência turística tem vindo a aumentar desde o ano 2000, havendo a informação de cerca de 200 visitantes no Posto de Turismo desse ano. Para este aumento contribuiu não só a mudança nos hábitos dos turistas, pela procura do Alentejo como destino de férias, como também contribuiu para o aumento dessa procura a abertura

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

ao público da Igreja de Nossa Senhora da Boa Nova (através do Programa “Melhor Acolhimento ao Visitante”) e da vasta gastronomia que o concelho possui para cativar todos os que nos visitam.

Desde 2002, com o Projecto *Alandroal – Energia para Crescer* a notoriedade do concelho como um local de grande interesse turístico expandiu-se de forma bastante expressiva por todo o Portugal, começando-se já a dar os primeiros passos além fronteira, nomeadamente no mercado espanhol.

	Nacionalidades							Totais
	Português	Inglês	Francês	Espanhol	Alemão	Italiano	Outras	
Janeiro	85	4	0	9	0	0	0	98
Fevereiro	110	5	4	0	0	0	6	125
Março	157	7	2	18	1	0	5	190
Abril	250	20	5	12	13	0	5	305
Mai	136	19	4	26	3	6	2	196
Junho	174	11	4	8	2	1	10	210
Julho	151	1	8	20	2	1	19	202
Agosto	311	8	10	25	3	8	8	373
Setembro	205	11	1	12	2	2	5	238
Outubro	164	9	2	9	0	0	3	187
Novembro	163	2	0	20	0	0	11	196
Dezembro	115	3	1	33	0	0	0	152
Totais	2021	100	41	192	26	18	74	2472

Fonte: Posto de Turismo de Alandroal

Quadro 18 - Mapa de Visitantes do Posto de Turismo – Ano de 2002

	Nacionalidades							Totais
	Português	Inglês	Francês	Espanhol	Alemão	Italiano	Outras	
Janeiro	81	3	2	9	0	5	2	102
Fevereiro	185	10	0	2	1	0	4	202
Março	301	13	2	13	3	0	5	337
Abril	367	15	4	35	5	6	19	451
Mai	427	16	11	13	3	0	3	473
Junho	142	20	10	8	4	1	3	188
Julho	159	17	7	18	0	2	15	218
Agosto	200	11	4	12	2	6	2	237
Setembro	248	21	8	21	5	0	7	310
Outubro	151	7	3	8	2	0	5	176
Novembro	183	14	0	5	0	0	3	205
Dezembro	165	3	9	2	9	0	0	188
Totais	2609	150	60	146	34	20	68	3087

Fonte: Posto de Turismo de Alandroal

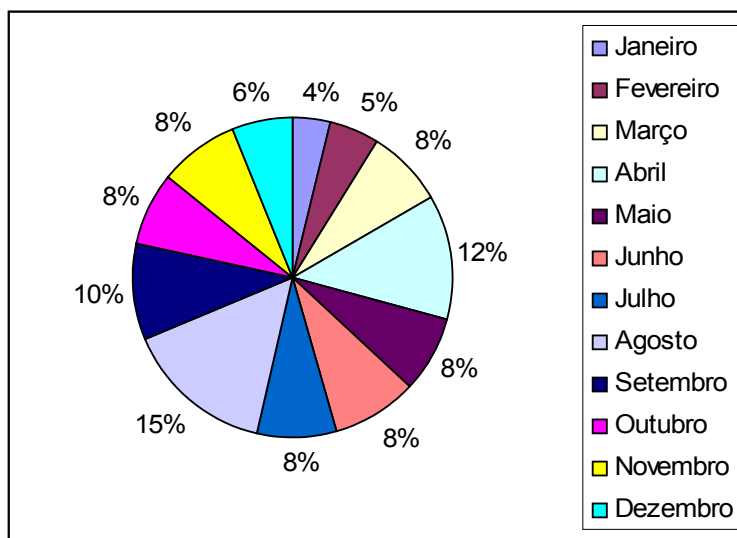
Quadro 19 - Mapa de Visitantes do Posto de Turismo – Ano de 2003

Conforme nos apresenta o Quadro 18 e 19 a procura turística é dominada pelos visitantes portugueses, seguidos dos espanhóis mas com uma grande distância. Quanto à procura por mês encontramos o pico de maior procura em Agosto e de menor procura em Janeiro. Nos restantes meses a procura oscila bastante, chegando a ser de 40%, não havendo pois um razão justificativa. Contudo a altura da Páscoa e o mês de Setembro, época da festa da vila registam também um aumento de visitantes.

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

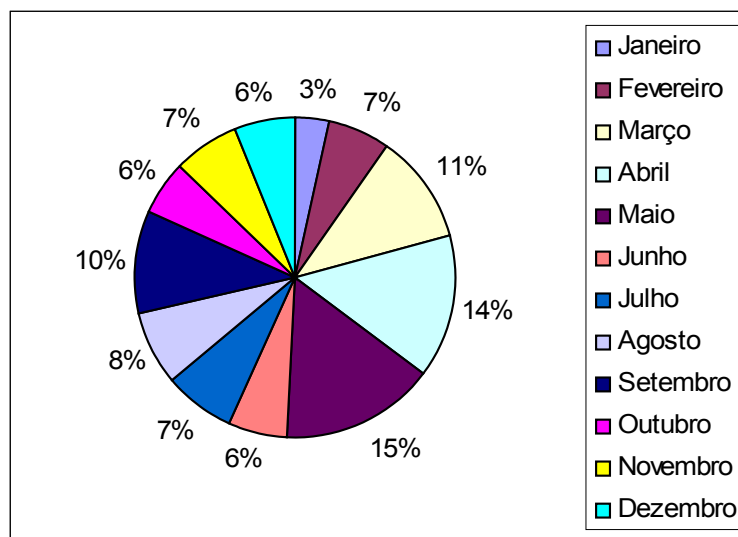
Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

Os gráficos abaixo ilustram em termos percentuais o acima referido.



Fonte: Posto de Turismo de Alandroal

Figura 13 - Gráfico de Visitantes por Mês – Ano de 2002

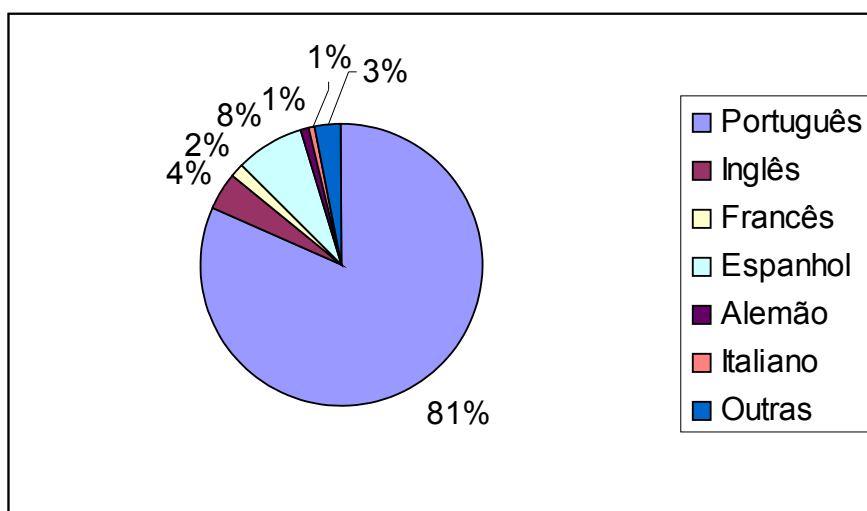


Fonte: Posto de Turismo de Alandroal

Figura 14 - Gráfico de Visitantes por Mês – Ano de 2003

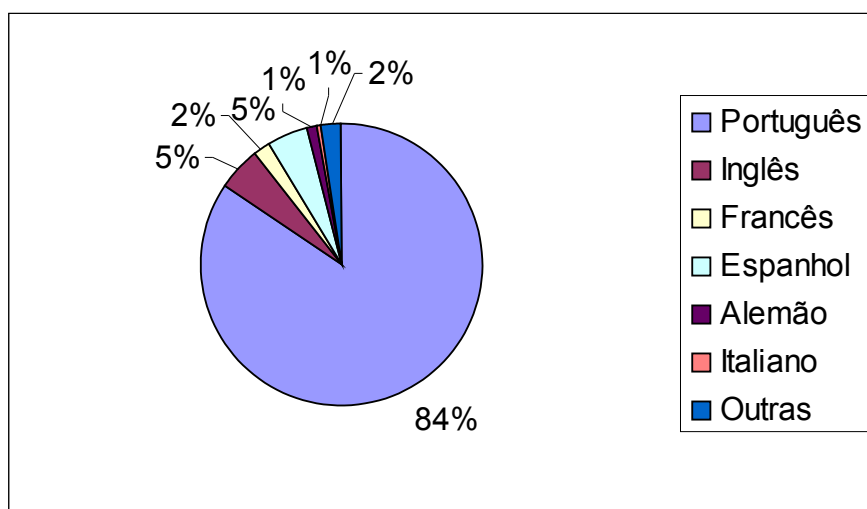
REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro



Fonte: Posto de Turismo de Alandroal

Figura 15 - Gráfico de Visitantes por Nacionalidade – Ano de 2002



Fonte: Posto de Turismo de Alandroal

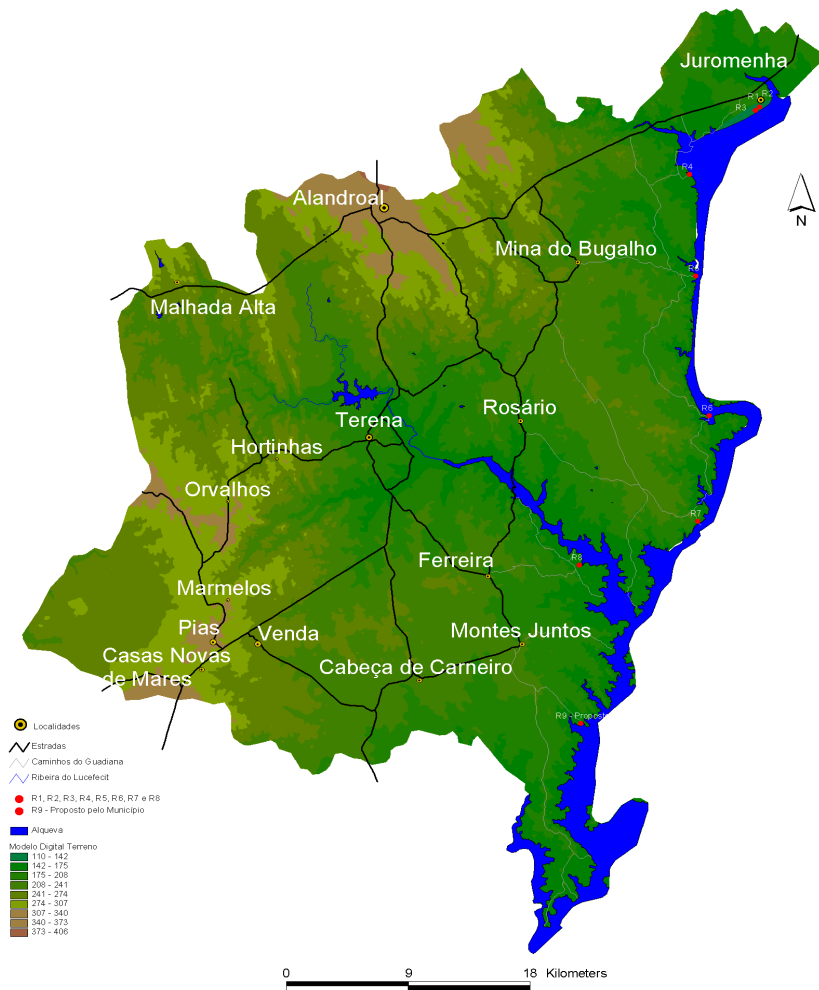
Figura 16 - Gráfico de Visitantes por Nacionalidade – Ano de 2003

Podemos concluir que a procura turística tem vindo a aumentar substancialmente desde 2002 a 2004, com tendência a aumentar. É conveniente notar que estes dados são os disponíveis no Posto de Turismo e referentes ao mesmo, desprezando-se aqui os dados dos visitantes dos Castelos de Alandroal, Terena e Juromenha, a Igreja de Nossa Senhora da Boa Nova, e todos os outros visitantes que vêm para a pesca, caça, e outro tipo de visitas.

Conforme já atrás referido, o Alqueva e todo o desenvolvimento inerente ao seu surgimento criará a necessidade da existência de mais e melhor turismo. Ainda a realçar as “Aldeias Ribeirinhas” Juromenha e Capelins locais privilegiados pela sua localização geográfica, inseridas num projecto conjunto a nível de regolfo de Alqueva, criando uma imagem de marca sendo mais um potencial capaz de atrair turismo.

6. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL DO CONCELHO

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL
Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro



REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

Como já referido, no domínio ambiental, o concelho do Alandroal apresenta-se relativamente bem posicionado no contexto regional, designadamente no que respeita à percentagem de população servida com água e com sistemas de drenagem de águas residuais. Todavia, a percentagem de população servida por ETAR's situa-se bastante aquém da média regional.

O quadro de realizações a implementar no futuro no âmbito do abastecimento de água “em alta” e do tratamento de águas residuais (emissários e ETAR's) – o que falta fazer e o que se vier a equacionar no âmbito da revisão do PDM – será desenvolvido no âmbito de intervenção da empresa multimunicipal recentemente criada, a Águas do Centro Alentejo, S. A. (capital – 51 % AdP-Águas de Portugal SGPS, S.A., 44 % Câmaras Municipais, 5 % EDIA). A responsabilidade das obras será transferida para esta empresa (empresa gestora do sistema multimunicipal) encontrando-se em fase de definição a participação financeira das autarquias. Ao nível do sistema de drenagem e tratamento de águas residuais serão introduzidas alterações de filosofia – novas fases de tratamento mais completo (remoção dos parâmetros – azoto; fósforo) de acordo com a legislação que entretanto entrou em vigor.

O Sistema de Resíduos Sólidos é actualmente gerido pela Associação de Municípios – é o Sistema Intermunicipal de Resíduos Sólidos do Distrito de Évora, que começou a funcionar após a inauguração do Aterro Sanitário Intermunicipal de Valverde. Encontra-se em fase de constituição a empresa gestora.

6.1. EFICÁCIA DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Segundo o PDM em vigor, o concelho do Alandroal é abastecido por captações de água subterrâneas, alimentadas por aquíferos, cuja produtividade média, de acordo com o “Atlas do Ambiente” de Portugal, é inferior a 50m³ / dia. Km², o que demonstra a escassez de recursos hídricos. Os reservatórios de água, construídos recentemente, servem a população sem problemas, bem como as redes de abastecimento de água, que abastecem a população, sendo 95% da população abastecida por rede domiciliária água. Note-se que este valor não atinge os 100% devido ao peso dos montes isolados, na estrutura de povoamento do Concelho.

Ainda de acordo com o PDM:

As principais captações de água que servem o Município estão localizadas na zona da Vila do Alandroal, havendo apenas algumas captações de reforço em Santiago Maior, Cascalhais e Cabeça do Carneiro.

No Concelho há um único sistema que tem as suas principais captações junto à Vila do Alandroal (Algar das Morenas – um poço – e no Algar de St.º António – 3 furos).

Para além deste sistema existe: um furo em Cascalhais que serve exclusivamente de reforço ao abastecimento da Juromenha; dois furos junto a Santiago Maior na Herdade da Palha que servem de reforço ao abastecimento de água a Santiago Maior e, por fim, um furo em Cabeça do Carneiro que serve de reforço ao abastecimento a Cabeça do Carneiro.

A maioria das adutoras do sistema são bastante antigas apresentando frequentes roturas. A única adutora que não tem apresentado problemas é a adutora que liga o Alandroal ao Rosário, passando por Mina do Bugalho e Monte do Outeiro. Esta adutora é recente sendo executada em PVC.

Em relação aos reservatórios não existem problemas, uma vez que a sua maioria é de construção recente, e têm capacidade para servir as populações.

Os principais problemas detectados foram os seguintes:

Áquíferos com baixa produtividade

A escassez de recursos hídricos conduz a sistemas adutores extensos e onerosos.

Dificuldades de abastecimento a “montes isolados”.

Necessidade de se fazer um controlo mais rigoroso e sistemático da qualidade das águas de abastecimento.

As principais adutoras do sistema têm bastantes roturas necessitando de remodelação.

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

Necessidade de salvaguarda das áreas de protecção dos furos.

No quadro seguinte, sintetiza-se o conjunto das acções propostas e os seus níveis de execução, sendo de destacar em termos de balanço geral:

Ao nível da remodelação das principais adutoras, foi apenas executado o troço de Ferreira de Capelins e Terena.

Ao nível da remodelação das redes de distribuição de água foram apenas executadas parcialmente em Cabeça de Carneiro, Ferreira de Capelins, Monte Juntos, Orvalhos, Parte de Casas Novas de Mares, Venda e Mina do Bugalho.

Acções Propostas no PDM em vigor SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	Executado	Não Executado	Executado Parcialmente	Observações
Abastecimento de água a partir da Albufeira do Lucefécit - Estação de Tratamento de Água - ETA, bombagens e adutora				Estas acções enquadravam-se no projecto Intermunicipal de reforço do abastecimento de água a partir da albufeira do Lucefécit, envolvendo, para além do Alandroal, os concelhos de Vila Viçosa e Borba
Remodelação das principais adutoras dos sistemas existentes, excluindo apenas a adutora que liga os reservatórios do Alandroal a Rosário, passando por Mina do Bugalho e Monte Outeiro				Apenas o troço de Ferreira de Capelins e Terena A empresa Águas do Centro Alentejo, prevê a sua reabilitação por níveis de prioridade em função do seu estado de conservação e ocorrência de fugas
Remodelação da rede de distribuição de água da Vila do Alandroal, com carácter prioritário				Encontra-se em elaboração o projecto de execução para a reformulação das redes de águas e esgotos da zona antiga do Alandroal
Remodelação das redes de distribuição de água das restantes localidades				

Fonte: Câmara Municipal de Alandroal. - 2004. Elaboração própria

Quadro 20 – Níveis de Execução do Plano - Sistema de Abastecimento de Água

Actualmente o concelho de Alandroal é abastecido por captações de água subterrâneas alimentadas por aquíferos. De acordo com Carvalho e al. (1998) as captações existentes nos algares de Sto. António e de Morenas, apresentam, respectivamente as seguintes produtividades: 20l/s para rebaixamentos de 1.2m e 20l/s para rebaixamentos da ordem dos 5m.

A zona Norte de Alandroal encontra-se inserida, em termos hidrogeológicos, no Aquífero Estremoz-Cano – A4. De acordo com a CCRA (1998), este aquífero é de expressão regional e em termos geográficos alonga-se entre a povoação do Cano e a do Alandroal, segundo a direcção NW-SE, ao longo de uma extensão de aproximadamente 32 km e largura máxima de 6 km. Assume uma importância económica para a região, por proporcionar água subterrânea utilizada nas actividades agrícolas e indústrias e principalmente por assegurar o abastecimento público de cinco concelhos: Sousel, Borba, Estremoz, Vila Viçosa e **Alandroal**.

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

6.2. EFICÁCIA DOS SISTEMAS DE SANEAMENTO – DRENAGEM E TRATAMENTO DAS ÁGUAS RESIDUAIS

De acordo com o PDM, em termos de drenagem e tratamento de águas residuais o concelho não se encontra tão bem servido como em termos de redes de abastecimento de água.

- ✓ A sede do concelho não tinha os seus efluentes tratados, porque a ETAR não estava em funcionamento
- ✓ Cabeça de Carneiro tinha rede de drenagem e o tratamento era feito por duas fossas sépticas seguidas por filtros de areia.
- ✓ Aldeia de Pias estava servida com rede de drenagem de águas residuais e fossa séptica seguida de trincheiras filtrantes.
- ✓ Aldeia de Marmelos já tinha rede de drenagem de águas residuais executada e tinha a Etar em execução (fossa séptica seguida de trincheiras filtrantes).
- ✓ Casas Novas de Mares ainda não estava servida por rede de drenagem de águas residuais.
- ✓ Aldeia da Venda tinha rede de águas residuais e ETAR.
- ✓ Rosário tinha rede de águas residuais se guinda de fossa séptica sem tratamento complementar.
- ✓ Alandroal tinha rede unitária de águas pluviais e águas residuais na zona antiga da Vila e redes separativas nas zonas mais recentes.
- ✓ Juromenha tinha rede de drenagem de águas residuais e ETAR (fossa séptica seguida de trincheiras filtrantes)
- ✓ Mina do Bugalho tinha rede de drenagem de águas residuais de duas fossas sépticas com trincheiras filtrantes a funcionar de modo satisfatório.
- ✓ Terena tinha rede unitária que drenava os caudais pluviais e residuais domésticos na zona antiga da Vila. Nas zonas mais recentes as redes já eram separativas.
- ✓ Hortinhas tinha rede de águas residuais domésticas se guinda de uma ETAR (fossa séptica seguida de filtros de areia).
- ✓ Ferreira de Capelins tinha rede de drenagem de águas residuais e ETAR (fossa séptica se guinda de leitos percoladores de baixa carga) com funcionamento satisfatório.
- ✓ Montes Juntos, tinha rede de drenagem de águas residuais já executada e uma ETAR projectada.

De acordo com o actual PDM, os principais problemas detectados foram os seguintes:

- Redes de drenagem unitárias, com todos os inconvenientes que este tipo de redes têm.
- O efluente do Alandroal não era tratado, sendo descarregado directamente numa linha de água.
- A povoação de Casas Novas de Mares, com cerca de 800 habitantes, não tinha tratamento das águas residuais sendo estas descarregadas directamente em linhas de água.
- As povoações de Terena e Montes Juntos não tinham tratamento de águas residuais sendo estas descarregadas directamente em linhas de água.
- A fossa séptica que servia a povoação do Rosário não tinha capacidade de tratamento do efluente.

No quadro seguinte, sintetiza-se o conjunto de acções propostas e os níveis de execução, sendo de destacar em termos de balanço geral, que ficaram apenas por executar, a ETAR de Cabeço de Carneiro e a remodelação e ampliação do tratamento de efluentes de Rosário.

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

Acções Propostas no PDM em vigor	Executado	Não Executado	Executado Parcialmente	Observações
SISTEMA DE DRENAGEM E TRATAMENTO DAS ÁGUAS RESIDUAIS				
Ampliação e Recuperação da ETAR do Alandroal				A empresa Águas do Centro Alentejo prevê nova reabilitação.
Execução da rede de drenagem e da ETAR já projectada (lamas activadas) da povoação de Casas Novas das Mares				ETAR com tratamento por leitos percoladores A empresa Águas do Centro Alentejo prevê a sua reabilitação.
Execução da ETAR de Terrena, já projectada (leitos percoladores)				A empresa Águas do Centro Alentejo prevê a sua reabilitação.
Conclusão da ETAR de Marmelos (fossa séptica seguida de trincheiras filtrantes)				A empresa Águas do Centro Alentejo prevê construção de nova ETAR.
Execução da ETAR de Montes Juntos, já projectada (lagoas de estabilização)				ETAR com tratamento por leitos percoladores, do tipo compacta. A empresa Águas do Centro Alentejo prevê construção de nova ETAR.
Execução da ETAR de Cabeça de Carneiro				A empresa Águas do Centro Alentejo prevê construção de nova ETAR
Remodelação e ampliação do tratamento de efluentes de Rosário				Tem fossa séptica A empresa Águas do Centro Alentejo prevê construção de nova ETAR.

Fonte: Câmara Municipal de Alandroal 2004. Elaboração própria

Quadro 21 – Níveis de Execução do Plano - Sistema de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais

Actualmente todas as localidades se encontram servidas por sistemas de drenagem de águas residuais, sendo que nas localidades de Terena e Alandroal, nas zonas antigas destas vilas o sistema existente é do tipo unitário. Encontra-se em fase de elaboração de projecto a remodelação das redes de águas e esgotos das redes da zona antiga da vila do Alandroal.

Todas as localidades se encontram servidas por ETAR's ou fossas sépticas com sistemas de tratamento associado com excepção para a localidade de Orvalhos, e parte da zona de Cabeço de Carneiro.

Na tabela seguinte apresenta-se a actual situação do concelho ao nível do serviço de tratamento de águas residuais.

Localidade	Sistema de Tratamento	Observações
<i>Alandroal</i>	<i>Por percoladores</i>	A rede antiga é unitária, o que causa perturbações no seu funcionamento na altura de elevadas precipitações. A ETAR foi reformulada recentemente, contudo continua a apresentar deficiências no seu tratamento, devido à não adequação dos órgãos às cargas e capitações afluentes à ETAR.
<i>Terena</i>	<i>Por percoladores</i>	Existe uma pequena zona na parte antiga da vila que por dificuldade de ligação gravítica à rede principal, é conduzida para uma pequena fossa comunitária.
<i>Ferreira de Capelins</i>	<i>Fossa e percolador</i>	O percolador apresenta deficiências.
<i>Montes Juntos</i>	<i>Tipo compacta (arejamento prolongado)</i>	
<i>Cabeço de Carneiro</i>	<i>Fossa séptica com poço filtrantes</i>	2/3 da população não se encontra servida por este sistema de

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

		tratamento.
<i>Hortinhas</i>	<i>Fossa séptica com filtros de areia</i>	Satisfatório
<i>Orvalhos</i>	<i>Tipo compacta (arejamento prolongado)</i>	Desactivada (problemas estruturais)
<i>Marmelos</i>	<i>Fossa séptica com trincheiras</i>	
<i>Pias</i>	<i>Fossa séptica com trincheiras</i>	
<i>Casas Novas</i>	<i>Por percoladores</i>	Devido as elevadas cargas afluentes à ETAR, derivado das queijarias ligadas à rede camarária, ocorrem deficiências no funcionamento da ETAR.
<i>Venda</i>	<i>lagunagem</i>	Devido as elevadas cargas afluentes à ETAR, derivado das queijarias ligadas à rede camarária, ocorrem deficiências no funcionamento da ETAR.
<i>Juromenha</i>	<i>Fossa séptica com trincheiras</i>	
<i>Rosário</i>	<i>Fossa séptica</i>	Não dispõe de tratamento complementar a fossa séptica
<i>Mina do Bugalho</i>	<i>Fossa séptica com trincheiras</i>	Apresenta problemas estruturais numa das fossas.

Fonte: Câmara Municipal de Alandroal 2005. Elaboração própria

Quadro 22 – Actual situação do concelho ao nível do serviço de tratamento de águas residuais

A empresa Águas do Centro Alentejo, decorrente do protocolo celebrado com a autarquia, prevê a reabilitação/construção das ETAR's das localidades do concelho, pelo que se perspectiva a breve e médio prazo e eliminação dos problemas existentes no concelho ao nível do tratamento dos efluentes urbanos. Perspectiva-se assim a alteração dos esquemas de tratamento actualmente existentes nas ETAR's.

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

6.3. EFICÁCIA DOS SISTEMAS DE RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS

De acordo com o PDM, a situação da recolha e tratamento de resíduos era a seguinte:

A recolha era feita em todas as povoações do Concelho.

Os resíduos eram depositados em contentores de plástico.

A recolha dos resíduos sólidos não era selectiva.

Depois de recolhidos os resíduos sólidos eram enterrados numa lixeira municipal sem controlo sanitário.

O tipo de resíduos sólidos produzidos era, essencialmente, do tipo urbano (doméstico, público e comercial), tendo-se considerado a produção de resíduos sólidos tóxicos-perigosos praticamente nula.

O principal problema detectado encontrava-se relacionado com a inexistência de um tratamento e destino final adequado para os resíduos sólidos.

No quadro seguinte, sintetiza-se o conjunto das acções propostas e os seus níveis de execução, sendo de destacar um balanço muito positivo decorrente:

da implementação da recolha separativa;

da desactivação da lixeira;

da criação do Aterro Intermunicipal de Valverde.

Acções Propostas no PDM em vigor SISTEMA DE RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	Executado	Não Executado	Executado Parcialment e	Observações
Implementar a Recolha Separativa do Vidro recipientes que permitam a recolha separada do vidro transporte para entidade que faça a reciclagem				Para além do vidro foi criado o sistema de recolha para o papel e cartão, plástico e metal, e pilhómetros.
Desactivação da lixeira existente no concelho (que não tem qualquer controle sanitário)				
Execução de um “Aterro Sanitário” que trate de forma adequada os resíduos sólidos do concelho				Aterro Intermunicipal - Valverde

Fonte: Câmara Municipal de Alandroal.- 2004. Elaboração própria

Quadro 23 – Níveis de Execução do Plano - Sistema de Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos

Actualmente a recolha tanto selectiva como indiferenciada abrange a quase totalidade do Município.

Sobre o serviço de equipamentos de deposição é opção do Município a substituição faseada no tempo dos contentores existentes de recolha indiferenciada e de recolha selectiva por outros equipamentos normalizados preferencialmente enterrados com vista a um maior desempenho nesta componente do sistema. Neste sentido foi adquirida mais uma viatura de recolha que pudesse recolher tanto equipamento com sistema Oschner, Din ou recolha por grua.

Foi criado ainda o Aterro de Resíduos Inertes do Concelho de Alandroal e sobre o qual foi emitida a respectiva licença de instalação pela entidade competente estando de momento concluídas as obras.

A Câmara Municipal de Alandroal decidiu igualmente criar condições para a armazenagem temporária e eliminação de Resíduos de Jardins e Parques por queima em área perfeitamente vedada, encontrando-se de momento a aguardar autorização de gestão por parte da entidade competente.

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

6.4. OUTROS INDICADORES AMBIENTAIS

6.4.1. Poluição nos Espaços Urbanos

De acordo com o PDM, o carácter doméstico da poluição evidenciava-se nas linhas de água onde eram descarregados, devido à presença no efluente de teores elevados de azoto nas suas várias formas e de coliformes totais e fecais. Esta situação que era originada pelas descargas das águas residuais domésticas (essencialmente, águas de lavagem e águas de evacuação de excreta) nas linhas de água, sem qualquer tipo de tratamento prévio. Como principais problemas apontaram-se:

deposição não controlada de resíduos com a consequente produção de cheiros incómodos e degradação das condições de saúde pública;
possível contaminação dos lençóis subterrâneos de água;

Com as realizações que foram, entretanto, concretizadas ao nível dos sistemas de saneamento e recolha e deposição de resíduos sólidos (como se pode retirar da leitura dos capítulos anteriores), estes problemas foram substancialmente minimizados.

Com as realizações que foram, entretanto, concretizadas ao nível de saneamento e recolha e deposição de resíduos sólidos (como se pode retirar da leitura dos capítulos), estes problemas foram substancialmente minimizados.

Actualmente cerca de 80% da população é servida por sistemas de tratamento de águas residuais, sendo que cerca de 55% possuem sistemas de tratamento compostos por estações de tratamento de águas residuais urbanas, e cerca de 25% da população é servida por sistemas de tratamento por fossas sépticas comunitárias em que na maior parte dos casos possuem sistemas de tratamento associados (trincheiras de infiltração, leitos percoladores, ou poço de infiltração).

6.4.2. Poluição no Espaços Agrícolas

O problema principal, apontado no PDM, relaciona-se (como é comum em concelhos de características predominantemente rurais, como é o caso do concelho do Alandroal) com a rejeição de efluentes por parte das suiniculturas – com a consequente poluição dos solos e águas subterrâneas.

As fontes identificadas no PDM, como mais significativas, que estavam na origem deste problema, localizavam-se:

- Na freguesia de Terena – Monte do Arrife, Monte do Lucas, Herdade de Palanques. Segundo o PDM, qualquer destas suiniculturas possuía um tratamento por nitreiras com posterior espalhamento no solo.
- Na freguesia de N.ª. Sr.ª. da Conceição – Herdade da Pipeira, as águas residuais eram retidas em lagoas, sendo posteriormente espalhadas no solo.

Não existe, ainda, nesta etapa dos trabalhos informação disponível sobre a situação destas suiniculturas, havendo que avaliar, no desenvolvimento dos trabalhos de caracterização e diagnóstico, no âmbito da revisão do PDM, a evolução da situação para o presente.

A caracterização da situação actual relativamente ao número de suinicultura e sua localização deverá ser actualizada, na revisão do PDM, bem como o levantamento dos sistemas de tratamento associados a estas unidades agro-pecuárias.

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

O diagnóstico ambiental realizado pela Autarquia veio possibilitar a identificação de diversos depósitos de lixo ilegais localizados em: Ribeira do Macho; Igreja da Fonte Santa; EN 255 (junto à ponte localizada antes da Barragem do Lucefécit); Caminho Rural que abrange o Monte do Tojal, Monte do Couvão, Monte das Curraladas, Monte do Lucas, Nova Redonda, Hortinhas; Fonte da Mina do Bugalho e Defesa da Pedra Alçada. Esta é uma situação que a Autarquia pretende ver solucionada com a implementação de campanhas de sensibilização em parceria com outras entidades e a consequente remoção do lixo.

6.4.3. Poluição Industrial

Segundo o PDM, a concentração em matéria orgânica das águas ruças provenientes do fabrico do azeite, é cerca de 100 vezes superior à das águas residuais domésticas. Os lagares, mencionados como mais significativos no Concelho, localizavam-se na Vila do Alandroal (Cooperativa Agrícola do Alandroal C.R.L.) e na Aldeia de Pias (Cooperativa Agrícola de Santiago Maior, C. R. L.). Nenhum deles fazia tratamento dos seus efluentes, e os locais de rejeição dos mesmos, a Ribeira do Alandroal e o Ribeiro da Bradeira.

Foi, também, referenciada no PDM a existência de uma Fábrica de Tripas – ALANDAL que produzia grandes quantidades de gorduras e matéria orgânica. Como os caudais de água, não eram especialmente relevantes (lavagem), resultavam daí elevadas concentrações do efluente.

A análise elaborada no PDM relativamente às linhas de água superficiais indicou que a grande maioria delas apresentava um certo grau de poluição. Os problemas verificaram-se nos troços terminais das linhas de água, uma vez que era aí que se ia dar a acumulação de todo o tipo de detritos – os cursos de água mais poluídos eram a Ribeira do Alandroal, o Ribeiro da Bradeira, a Ribeira da Silveirinha e a Ribeira da Rendeira.

A análise elaborada no PDM relativamente às linhas de água subterrâneas, identificou que toda a área do concelho do Alandroal apresentava os aspectos hidrogeológicos típicos de formações carbonatadas, de elevada a média permeabilidade, com grandes produtividades e onde, por isso mesmo, se poderiam eventualmente criar situações de sobre-exploração, correndo-se o risco de esgotar as camadas aquíferas potenciais, apontando que o risco de poluição seria maior se a localização das possíveis captações se situar próximo de zonas de rejeição de efluentes.

Não existe, ainda, nesta etapa dos trabalhos informação disponível sobre as situações acima descritas, havendo que avaliar, no desenvolvimento dos trabalhos de caracterização e diagnóstico do âmbito da revisão do PDM, a sua situação actual.

Porém poderá dizer-se que no que concerne aos lagares referenciados, actualmente, ambos possuem sistemas de tratamento dos seus efluentes, tratamento por lagoas de evaporação.

Na fábrica da tripa, existente no Alandroal, foi instalado um sistema de pré-tratamento antes da descarga dos efluentes no colectador municipal. O sistema de tratamento é um tratamento por lamas activadas com arejamento prolongado e decantação.

Decorrente da instalação de sistema de tratamento em unidades industriais, e construção de novas ETAR'S para tratamento dos efluentes urbanos, veio proporcionar uma diminuição no grau de poluição das linhas de água.

Ao nível da caracterização das linhas de água subterrâneas, aquíferos subterrâneos, constata-se que o actual PDM, apresenta algumas incorrecções, nomeadamente quando se refere ao facto de todo o concelho, se encontrar abrangido por formações carbonatadas. De facto a maior área do concelho encontra-se abrangido por formações xistosas características de fraca produtividade hídrica, com excepção para a zona a SW da Vila do

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

Alandroal, abrangida pelo sistema aquífero Estremoz-Cano, esta última formação caracteriza-se por elevadas produtividades hídricas. De facto é neste sistema aquífero que é captada aproximadamente 85% da água distribuída ao concelho para efeitos de consumo humano.

Ao nível da avaliação das suas produtividades e riscos de se encontrarem em condições de sobre-exploração, e nomeadamente no que concerne as captações subterrâneas camarárias, existem diversos estudos posteriormente elaborados, ou em elaboração que poderão definir em concreto as actuais condições das captações utilizadas no consumo humano. Um desses estudos, actualmente em elaboração, pretende o zonamento das áreas de salvaguarda destas captações, com as devidas condicionantes ao uso do solo.

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

7. NOVOS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO

O concelho de Alandroal apresenta uma situação limítrofe em relação às duas sub-regiões em que está integrado: a Zona dos Mármore e a Área Envolvente da Albufeira de Alqueva.

É um dos concelhos menos populosos do Alentejo Central, com cerca de 6600 habitantes em 544 Km². Na última década terá continuado a perder população, tal como a Região do Alentejo em geral, mas registando um elevado decréscimo populacional (-10%), enquanto que a Região registou apenas – 2,7%.

O concelho encontra-se repartido em 6 freguesias. A freguesia sede do concelho, com 1938 habitantes, situa-se a Norte, a 9 km do triângulo Vila Viçosa – Borba – Estremoz. Na zona sul do concelho situa-se a freguesia mais populosa, Santiago Maior, com 2557 habitantes. As restantes freguesias variam entre 146 habitantes, em Juromenha e 859 habitantes em Terena.

Na paisagem marcada pela ruralidade pontificam, em termos patrimoniais, S. Miguel da Mota e Juromenha, a presença da ribeira de Lucefécit e a albufeira da Barragem de Alqueva, no rio Guadiana.

A fraca densidade populacional, a extensão do concelho e as fracas acessibilidades, não têm facilitado o desenvolvimento de actividades económicas nem a fixação da população local apesar das potencialidades existentes:

Importância dos recursos minerais / integração na Zona dos Mármore

Potencial turístico da Juromenha – a histórica sentinela do Guadiana, onde se impõe uma paisagem marcada pela silhueta medieval da cerca moura, pelo castelo de origem árabe, o casario branco de cal e as águas do Guadiana.

Riqueza do património histórico-arqueológico do resto do concelho (Alandroal, Terena, Rosário, etc.) onde se destaca S. Miguel da Mota (Terena), sítio de um importante santuário de uma divindade pré-latina chamada Endovélico.

Aproveitamento Hidroagrícola do Lucefécit

Extensa Superfície Agrícola Utilizada (SAU), sobretudo no Sul do concelho;

Entre outras.

O concelho de Alandroal sofre a concorrência dos concelhos vizinhos, mais equipados e com melhores acessibilidades, em particular Vila Viçosa, a Norte, e Reguengos de Monsaraz, a Sul.

A proximidade entre a sede de concelho, a vila de Alandroal, e Vila Viçosa tem vindo a materializar-se numa desvantagem para o Alandroal, reforçando as dificuldades em atrair actividades económicas e equipamentos para o concelho.

Em termos de equipamentos colectivos, o concelho de Alandroal apresenta-se como o mais sub-equipado de todos os concelhos que constituem a Zona dos Mármore e a Área Envolvente de Alqueva. Com um dos mais elevados índices de envelhecimento, apresenta, ainda, dos mais baixos indicadores sociais.

Este é o panorama geral do concelho que, de acordo com os resultados do Censo de 2001, não terá sofrido alterações positivas na última década. Modificar esta situação requer uma forte política de desenvolvimento, à qual o PDM deverá dar o adequado suporte territorial.

Daí se constata que o desenvolvimento turístico e a articulação transfronteiriça na gestão de recursos e infra-estruturas constituem o factor primordial da sustentabilidade territorial económica e social do concelho.



REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

7.1. POTENCIALIDADES GERADAS PELO EMPREENDIMENTO DE ALQUEVA

Com o encerramento das comportas da barragem Alqueva, abre-se uma nova etapa no que se refere ao desenvolvimento das potencialidades do concelho de Alandroal, sendo crucial por em marcha o muito que ainda falta fazer para tirar partido das oportunidades geradas pela concretização daquele Projecto.

As potencialidades geradas pelo Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA) envolvem um leque muito diversificado de sectores:

Turismo – Património, Albufeira, Aldeias de Água

Agricultura – Agro-indústria, Regadio, Investigação e Experimentação, Novas Culturas

Indústria – Criação de Empresas e Apoio às Empresas

Formação – Empresarial, Agrícola

Gestão – Monitorização Integrada

Estas potencialidades serão seguramente mobilizadoras quer da iniciativa privada – os empresários e investidores, em geral – quer da iniciativa pública – os diversos intervenientes institucionais da administração central e local e as empresas públicas, nomeadamente a EDIA.

A revisão do Plano Director Municipal do Alandroal deverá reflectir a dinâmica destas iniciativas e alcançar um conhecimento actualizado e aprofundado relativamente a:

Expectativas geradas pelo empreendimento junto dos diversos agentes económicos, e o que se perspectiva em termos de compromissos e intenções de investimento privado.

Situação do mercado actual e do que se perspectiva nas frentes principais de desenvolvimento – turismo, comércio e serviços, agricultura, indústria.

Avaliação das grandes carências estruturais ao nível de espaços de dinamização e acolhimento de actividades económicas e infra-estruturas de apoio.

O PROZEA – Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente da Albufeira de Alqueva contempla o Alandroal como parte integrante da sub-unidade regional de Alqueva, conferindo-lhe até um papel particular como “porta de acesso” Norte à área da albufeira. Isto determina a necessidade de uma boa articulação do concelho com os concelhos vizinhos e, em particular, com os restantes cinco concelhos envolventes da albufeira, o que terá que ser feito ao nível das acessibilidades e reequipamento dos espaços urbanos.

A criação pelo Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente do Programa AQUA – Programa de Ambiente e Qualidade Urbana dos Aglomerados de Alqueva e a elaboração do PE~AQUA – Qualificação Urbana e Ambiental das Aldeias Ribeirinhas das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão, por iniciativa da EDIA, põem, também, em evidência as actuais fragilidades e diversas frentes de acção a empreender na sub-região.

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

7.2. O NOVO QUADRO JURÍDICO E OS OBJECTIVOS DA REVISÃO DO PDM

O Plano Director Municipal de Alandroal – elaborado no início da década de noventa (sendo a Proposta de Plano datada de 1995) e ratificado pelo Governo, conforme Resolução do Conselho de Ministros n.º 150/97, publicada na 1ª Série do Diário da República de 15 de Setembro de 1997 – é um exemplo bastante ilustrativo do processo, e do contexto, que caracterizou a elaboração dos, agora designados, “PDM’s de 1ª Geração”.

- *inexperiência generalizada;*
- *obrigatoriedade / rapidez de execução;*
- *deficiente reflexão sobre as realidades intervencionadas;*
- *produção de documentos formais, sem visão estratégica, quase exclusivamente direccionados para o zonamento dos solos e regimes de edificabilidade;*
- *deficiente fundamentação destes mesmos zonamentos e edificabilidades – em termos económicos, sócio-culturais e ambientais.*

Decorridos dez anos desde a entrada em vigor do Plano Director Municipal, e doze anos desde a conclusão da sua elaboração, verifica-se a necessidade da sua revisão. A oportunidade desta iniciativa encontra-se plenamente justificada atendendo ao previsto no n.º 3 do artigo 98º do Decreto - Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro que estabelece a obrigatoriedade de revisão do PDM, no prazo máximo de 10 anos após a sua entrada em vigor, bem como:

- *ao conteúdo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 98º do Decreto - Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, que estabelece a necessidade de adequação à evolução, a médio e longo prazo, das condições económicas, sociais, culturais e ambientais que determinaram a respectiva elaboração.*
- *ao novo quadro legal, entretanto, produzido a partir da publicação da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo – Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto, alterada pela Lei n.º 56/2007 de 31 de Agosto, nomeadamente, a entrada em vigor do Decreto - Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro.*
- *à desactualização da cartografia que serviu de base à elaboração do PDM.*

Acresce, ainda, que no decurso de 2002, foram aprovados dois Planos Regionais de Ordenamento do Território e um Plano Especial de Ordenamento do Território, todos com incidência sobre o território do concelho de Alandroal, havendo, assim, que avaliar os seus impactes e as implicações da sua implementação no quadro do desenvolvimento e ordenamento municipal que se perspectiva no momento actual. Tratam-se, designadamente:

- *do Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona dos Mármorez (PROZOM), aprovado pela Resolução do Concelho de Ministros n.º 93/2002;*
- *do Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente da Albufeira de Alqueva (PROZEA), aprovado pela Resolução do Concelho de Ministros n.º 70/2002, que prevê o T1 – Juromenha, entretanto em fase de elaboração.*
- *do Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão (POAAP), aprovado pela Resolução do Concelho de Ministros n.º 95/2002, e entretanto revogado pela Resolução de Concelhos de Ministros n.º 94/2006, de 4 de Agosto.*

Em 2007 é aprovado o PNPOT, que estabelece as directrizes de desenvolvimento para o país, consubstanciando assim as orientações primordiais para a elaboração do PROT Alentejo, que se encontra em fase de elaboração e que deverá ser tido em consideração aquando da elaboração da Revisão do Plano Director Municipal de Alandroal, nomeadamente na transposição das orientações que estiverem previstas no mesmo.

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

O Plano Director Municipal em vigor foi elaborado na vigência do Decreto-Lei 69/90 de 2 de Março, devendo – perante o novo Quadro Jurídico e a Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Ambiente – ser avaliado em diferentes domínios específicos, nomeadamente, ao nível:

- *Da clarificação dos conceitos e parâmetros urbanísticos, bem como, dos indicadores de ocupação do solo.*
- *Da qualificação do solo - reavaliação da delimitação das classes de espaços, tendo presente o incremento da construção e a dinâmica que se perspectiva, bem como as disposições do PROZEA e PE~AQUA – em harmonia com a definição de uma estratégia / modelo de estruturação do território municipal compatível com os novos desafios que se colocam.*
- *Do ajustamento da programação dos equipamentos públicos à rede urbana complementar.*
- *Da programação da expansão das áreas de acolhimento de actividades económicas, nomeadamente da zona industrial existente na sede de concelho – definindo a tipologia de lotes, criando regras urbano-industriais, e equipamentos de apoio, adequados ao universo de solicitações que se perspectivam, de forma a atingir um maior dinamismo económico.*
- *Da programação das áreas de acolhimento de empreendimentos turísticos – em harmonia com as potencialidades do concelho e com os desenvolvimentos que se anunciam nos instrumentos de planeamento de hierarquia superior – PROZEA, POAAP e PE~AQUA.*
- *Da valorização do património – natural, cultural e construído –, à luz de conceitos inovadores de desenvolvimento e da nova legislação entretanto publicada.*
- *Da definição rigorosa da estrutura viária no quadro do sistema de acessibilidades da “Zona de Alqueva”.*
- *Da necessidade de proceder a reajustamentos e ampliação dos Perímetros Urbanos dos Aglomerados – nomeadamente da sede de concelho – dando resposta às necessidades locais através da opção por modelos mais ajustados e que viabilizem o desenvolvimento económico.*

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

8. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE A ADOPTAR

Os critérios orientadores da Revisão do PDM de Alandroal apontam no sentido de se evoluir para um desenvolvimento sustentável.

“Sustentabilidade” e “Desenvolvimento Sustentável” são conceitos que, embora recentemente vulgarizados em documentos e estudos sobre o desenvolvimento regional e urbano, bem como sobre questões económicas e ambientais – dinamização das Agendas Locais XXI, Política Ambiental da União Europeia, campanha das Cidades Sustentáveis, etc. –, não têm grande conteúdo concreto “estabilizado” junto da comunidade técnica e científica – encontra-se ainda por solucionar o problema respeitante à possibilidade e forma(s) de quantificação (medição) dos componentes envolvidos, e à utilização de operadores que permitam comparar relacionar os diferentes componentes entre si. A reflexão produzida, nos últimos anos, sobre esta matéria, tem, no entanto, permitido introduzir novas preocupações relativamente a uma maior qualidade urbana e a definir modelos/padrões (e afinar critérios) de actuação que se têm vindo a “interiorizar” progressivamente junto dos técnicos e políticos (e até de alguns promotores privados).

O conceito de desenvolvimento sustentável tem implícito um “compromisso de solidariedade com as gerações do futuro”.

Desenvolver no presente assegurando as condições de qualidade de vida do futuro pressupõe uma estratégia integrada entre os três subsistemas que integram o “Sistema Territorial e Urbano”- o subsistema Económico, o subsistema Sócio-Cultural e o subsistema Ambiental.

Tal implica que desde as etapas de desenvolvimento programático da revisão do PDM, até à sua implementação, se avalie em que medida o Concelho se encontra preparada para dar resposta:

Às exigências do subsistema Económico

Os parâmetros de avaliação do subsistema económico relacionam-se com o confronto entre a Concelho – enquanto suporte espacial de funções e de meios infraestruturais geradores de sinergias catalizadoras de desenvolvimento – e o Sistema Económico – empresas e organizações empresariais, políticas sectoriais e regionais de desenvolvimento económico, recursos humanos e tecnológicos e mercados – como base económica de suporte do desenvolvimento. Trata-se, em suma, de avaliar, em que medida a Concelho se encontra preparada para dar resposta às exigências do Sistema Económico.

Às exigências do subsistema Ambiental

Os parâmetros de avaliação do subsistema ambiental relacionam-se com o confronto entre o Concelho – enquanto suporte espacial da actividade humana geradora de impactes no sistema ambiental – e o Sistema Ambiental – Ar, Água, Solo, Subsolo, Fauna, Flora, Homem – como suporte biofísico da vida. Trata-se, em suma, de avaliar, em que medida a Concelho se encontra preparada para dar resposta às exigências do Sistema Ambiental.

Às exigências do subsistema Sócio-Cultural

Os parâmetros de avaliação do subsistema sócio-cultural relacionam-se com o confronto entre a Concelho – enquanto espaço de concentração de funções, equipamentos, estruturas organizativas e espaços de relação dinamizadores da integração e valorização sócio-cultural – e o Sistema Sócio-Cultural – Valores e Orientações Individuais, Sociabilidade, Condições de Vida, Valores Culturais, Dinâmica Organizativa – como base sócio-

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

cultural de suporte do desenvolvimento. Trata-se, em suma, de avaliar, em que medida a Concelho se encontra preparada para dar resposta às exigências do Sistema Sócio-Cultural.

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

Critérios Gerais de Sustentabilidade

Como grandes critérios de sustentabilidade a adoptar, apresentam-se, a título indicativo, os que se sintetizam nos quadros seguintes.

Critérios de Sustentabilidade	
<p>Eficácia dos Sistema de Abastecimento e Tratamento da Água para Consumo Eficácia dos Sistemas de Tratamento de Águas Residuais Eficácia dos Sistema de Gestão de Resíduos Protecção de Áreas Naturais de Interesse Conservacionista Criação de Espaços Verdes Utilização de Energias Renováveis Criação de Centros de Educação Ambiental</p>	Sistema Ambiental
Critérios de Sustentabilidade	
<p>Participação das Organizações Representativas dos Interesses Locais /Associativismo Promoção do Emprego e da Empregabilidade Promoção da Identidade Cultural e do Sentimento de Pertença – Animação Cultural Criação de Equipamentos Educativos, Culturais, Desportivos, Recreativos, Saúde e Segurança Social Requalificação das Zonas Históricas Reabilitação de Edifícios ou Conjuntos com Valor Patrimonial Divulgação do Património Cultural Acesso à Informação – modernização e desconcentração dos serviços públicos/equipamentos informáticos nas escolas Promoção de um Parque Habitacional de Qualidade</p>	Sistema Sócio cultural
Critérios de Sustentabilidade	
<p>Acesso às Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) Fornecimento de Energia Eficácia do Sistema de Transportes Criação de Instituições de Investigação / Inovação Tecnológica Promoção de Actividades Económicas Acessibilidade aos Mercados / Espaços e Meios de Promoção de Produtos Locais Criação de Espaços de Encontro e de Fomento de Negócios Criação de Equipamentos/Infra-estruturas para Acolhimento e Apoio de Actividades Económicas</p>	Sistema Económico
Avaliação do Sistema Territorial / Sistema Urbano	
<p>Integração das conclusões resultantes da aplicação dos critérios de cada um dos sistemas – integração global</p>	Sistema Territorial / Sistema Urbano



REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

CrITÉRIOS Gerais de Sustentabilidade a adoptar na de Implementação dos Empreendimentos Turísticos

Dada a importância do desenvolvimento turístico no quadro da revisão do PDM, retomam-se aqui das disposições do PROZEA os seguintes critérios gerais de implementação dos empreendimentos, que se entende serem bastante adequados aos objectivos de sustentabilidade que se pretendem alcançar:

A implementação de Empreendimentos Turísticos nas condições e com a localização apontada para as áreas consagradas no PROZEA – entendidas estas como o suporte espacial do quadro de actividades a instalar – deverá articular as componentes sociocultural, económica e ambiental, entre si, e com a macro-estrutura territorial em que se inserem.

*As bases conceptuais apontam no sentido de um **Desenvolvimento Turístico Sustentável**. Tal pressupõe que, desde as etapas de desenvolvimento programático dos objectivos do PROZEA até à concretização do desenho urbano orientador da implantação das diferentes actividades que darão corpo aos empreendimentos turísticos a implementar, se tenham presentes os seguintes modelos, padrões e critérios de actuação geral:*

a) No âmbito da interacção com a componente económica e de mercado

O desenvolvimento do turismo assenta na qualidade dos recursos humanos e na competitividade das empresas. As iniciativas que sejam implementadas, para obterem maior competitividade, deverão neste sentido ter correspondência adequada ao nível dos apoios infra-estruturais e funcionais que se integram no espaço que serve de suporte à actividade turística.

Dotar os empreendimentos turísticos dos meios infra-estruturais e da concentração de funções complementares da actividade dos sectores produtivos específicos da zona sob a sua influência, permite, ainda, assegurar as condições de sustentabilidade económica, contribuindo, assim, para a qualificação do meio.

b) No âmbito da interacção com a componente sociocultural

No domínio social, um desenvolvimento turístico sustentável pressupõe critérios de planeamento (nomeadamente de “desenho urbano”), e a criação de equipamentos e espaços públicos, incentivadores de estilos de vida saudáveis, da integração social, do contacto de culturas, como forma de expressão da identidade cultural.

c) No âmbito da interacção com a componente ambiental (biofísica)

A sustentabilidade ambiental nos espaços turísticos dependerá, sobretudo, da capacidade de concretização de quatro grandes objectivos:

- *Minimização / optimização do consumo de recursos naturais.*
- *Racionalização dos fluxos e consumos associados às infra-estruturas (água, energia, resíduos e transportes).*
- *Minimização dos níveis de poluição sonora, do ar, da água e do solo.*
- *Compatibilização do aumento da biomassa com a manutenção da biodiversidade.*

d) No âmbito da componente espacial – Território

O território constitui, o suporte espacial onde coexistem os três sistemas em permanente interacção – o Sistema Económico, o Sistema Sócio-Cultural e o Sistema Ambiental

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALANDROAL

Fundamentação da Revisão do Plano – Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro

Os instrumentos de ordenamento do território, de nível mais detalhado, a desenvolver na sequência do PROZEA – nomeadamente os P.P.'s que enquadrarão a concretização dos empreendimentos nas Áreas de Localização Preferencial – deverão instituir-se como planos integradores, articulando aqueles três sistemas.

Estabelecer os critérios para o desenvolvimento sustentável do turismo no âmbito do PROZEA, pressupõe – com o enquadramento que é dado pela inserção das Áreas de Localização Preferencial no modelo territorial proposto – que sejam tomadas em consideração:

- *A identificação, em termos programáticos, do tipo de infra-estruturas, equipamentos e funções que podem actuar como suportes, ou catalizadores, da competitividade do sector do turismo.*
- *A organização espacial das áreas de localização preferencial, tendo como objectivo a racionalização dos investimentos à infra estruturação, bem como a diminuição dos consumos de energia.*
- *O desenvolvimento de regulamentação urbanística incentivadora da criação de áreas de tipologia diversificada, função do perfil dos eventuais promotores, e que garantam uma plena fruição em adequadas condições de segurança.*
- *A conservação e reabilitação do património edificado, biológico, paisagístico e cultural como suporte da "identidade local".*
- *A consolidação da estrutura verde como espaço de articulação e equilíbrio ambiental, e a criação de espaços verdes, com o tratamento adequado para contribuir para o aumento da biodiversidade.*

A noção de desenvolvimento sustentável tem implícito um “compromisso de solidariedade com as gerações do futuro”, no sentido de assegurar a transmissão do património. Tal compromisso pressupõe a avaliação do que serão as necessidades futuras e a quantidade e composição do património necessários à produção dos níveis de bem-estar que virão a ser requeridos, ou seja, o desenvolvimento de um cenário de evolução tecnológica.

Assim, deverá ser considerada a necessidade de:

- *Dotar esta sub-região de sistemas eficazes de telecomunicações e meios informáticos de gestão e transmissão de informação, que assegurem o apoio à actividade económica, em geral, e à actividade turística.*
- *Identificar os projectos turísticos e as acções com maiores potencialidades sinérgicas, quer ao nível dos impactes positivos no sistema territorial, quer ao nível da mobilização de financiamentos.*